

FABIANO MARTINS DA COSTA

“A VERDADE NÃO DEVERIA POSSUIR DONOS”: um breve estudo sobre a
autonomia da televisão pública britânica na cobertura do Caso Kelly

**Porto Alegre
2005**

FABIANO MARTINS DA COSTA

“A VERDADE NÃO DEVERIA POSSUIR DONOS”: um breve estudo sobre a autonomia da televisão pública britânica na cobertura do Caso Kelly

Monografia de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, apresentado ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora:
Sandra de Deus

**Porto Alegre
2005**

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, aos meus familiares, a minha namorada e, principalmente, ao povo brasileiro, que tem o direito de possuir uma imprensa séria, de qualidade e, antes de qualquer coisa, comprometida com os interesses públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelos ensinamentos de vida e pela oportunidade de ter recebido uma educação de qualidade, a minha namorada, Caroline, pela paciência, apoio e amor durante todo o período em que estive envolvido com este projeto, a minha orientadora neste trabalho, a professora Sandra de Deus, pela assessoria, pelos conselhos e pelos “colos” nos momentos de desespero, à amiga Bianca de Oliveira, aos meus irmãos, a todos os kmelianos, a minha avó e à memória de meu avô falecido este ano.

RESUMO

Este estudo propõe-se a discutir a autonomia das emissoras públicas de televisão através da atuação da mais conceituada de todas elas, a *British Broadcasting Corporation*, mundialmente conhecida pela sigla BBC. Fundada em 1922, desde então a companhia pública de comunicações britânica vem servindo de modelo de independência administrativa e editorial tanto para corporações públicas, quanto para companhias privadas. Seu histórico de destemor diante de enfrentamentos com governos e interesses econômicos no desempenho de suas atribuições jornalísticas conferiu-lhe prestígio e garantiu-lhe a confiança e o respeito de seus ouvintes e telespectadores. Recentemente, uma reportagem veiculada por uma de suas emissoras causou uma discussão tão grande que acabou colocando em dúvida sua credibilidade. Tentaremos através da análise desse episódio, avaliar se organizações públicas de comunicação conseguem realmente manter-se autônomas diante de adversários poderosos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A TELEVISÃO	12
2.1 A Concepção da Televisão	12
2.2 A Adoção do Modelo Público de Televisão	20
2.3 A Autonomia da TV Pública	25
3 A BBC	33
3.1 A História da BBC	33
3.2 A Estrutura da Companhia	45
3.3 O Estatuto	49
3.4 O Organograma	51
3.5 As Fontes de Renda	54
3.6 A Autonomia da BBC	58
3.7 O Futuro da Corporação	62
4 O CASO KELLY	65
4.1 Resumo do Caso	65
4.2 O Debate BBC x Governo Blair	70
4.3 As Conseqüências do Embate	81
5 CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

A fagulha inicial para a concepção deste estudo surgiu a partir de uma experiência pessoal deste autor. Durante o período de 18 meses em que vivi na capital britânica, entre os anos de 2003 e 2004, testemunhei de forma auricular os desdobramentos de um acontecimento político e midiático de grande repercussão. A partir de uma reportagem veiculada em 29 de maio de 2003 no famoso noticiário britânico *Today*, da rádio BBC 4, uma das emissoras da *British Broadcasting Corporation*¹, o correspondente da área de defesa e diplomacia Andrew Gilligan divulgou uma denúncia de manipulação de informações protagonizada pelo governo britânico. Conforme teria informado uma fonte sigilosa do repórter, descrita por ele na ocasião como um alto funcionário dos serviços de informações do Reino Unido, Alastair Campbell, o diretor de comunicações e estratégias do governo britânico e braço direito do primeiro-ministro Tony Blair, teria introduzido informações falsas no dossiê sobre o arsenal de armas iraquiano, publicado em setembro de 2002, para torná-lo mais polêmico. O conteúdo do relatório foi decisivo para a deliberação do Parlamento da Grã-Bretanha de autorizar a campanha militar conjunta com as tropas do EUA de invasão do Iraque para destituição do presidente Saddam Hussein. Por aproximadamente oito meses, até a divulgação das conclusões de um inquérito independente coordenado pelo veterano juiz britânico Lorde Brian Hutton, o caso ocupou as manchetes dos principais veículos de comunicações do Reino Unido e do mundo.

Porém, os motivos que precipitaram esse incidente não eram nem um pouco incomuns a um cidadão brasileiro, acostumado a acompanhar freqüentemente em sua própria imprensa crises políticas motivadas por denúncias de desvios políticos de pessoas públicas. O fato que realmente chamou-me a atenção entre a avalanche de denúncias e acusações que se seguiram após a divulgação da reportagem de

¹ A rede pública de comunicações da Grã-Bretanha.

Gilligan, foi o voraz combate travado entre os dirigentes da BBC e os mais influentes membros do governo trabalhista britânico. Nunca até então, nos meus 25 anos de vida, eu havia presenciado uma batalha de tamanha intensidade entre funcionários de uma corporação pública de comunicações com seus governantes.

A BBC, guiada pelo princípio de que o rádio e a televisão são veículos da produção cultural de um povo ou de uma nação, sempre levou muito a sério a concepção criada no momento em que a radiodifusão surgiu na Europa, em meados de 1920, de que para exercer sua tarefa social e cultural “não podia ser contaminada por interferências políticas ou comerciais”. (LEAL FILHO, 1997, p.17) Tanto que, historicamente, ela é conhecida por sua independência, qualidade e enfrentamento com governos e grupos econômicos. E como iremos ver mais adiante, não foram raras as vezes em que a emissora encarou abertamente adversários poderosos no desempenho de seu papel social como fiscalizadora dos interesses públicos.

A crise, propriamente, teve início depois que o principal acusado pela reportagem do repórter da BBC, Alastair Campbell, e o próprio primeiro-ministro Blair negaram publicamente a veracidade da reportagem e passaram a reivindicar que a companhia reconsiderasse as afirmações e manifestasse um pedido de desculpas formal ao governo, em conseqüência do que alegavam ser um caso de injúria e difamação. Baseada em argumentações de Gilligan de que sua história era “quente”, a alta-cúpula da organização decidiu respaldar a versão do jornalista, negando-se a aceitar a intimidação do governo.

Nitidamente, o episódio caracterizava-se como uma rara manifestação de independência administrativa e jornalística de uma empresa pública de comunicação. Trazia implícito conceitos largamente outorgados em estatutos e cartas de princípios de emissoras públicas, que dificilmente materializam-se na vida real. Transportado para a realidade brasileira, o incidente parecia irreal. Acostumados com um modelo majoritariamente comercial, no qual os poucos veículos públicos de comunicação não exercem oposição aos interesses do governo, para mim, e para boa parte dos brasileiros com quem convivi na Grã-Bretanha, esse enfrentamento aberto entre a BBC e a administração trabalhista do premiê Blair era tão excêntrico quanto a comida, a língua e os costumes britânicos.

Era excitante a oportunidade de observar um veículo público exercendo suas funções sociais através da reportagem investigativa, uma das mais importantes formas do jornalismo atuar na elucidação de casos de interesse público que são mantidos ocultos por interesses escusos.

Intrigado, dediquei-me – a princípio por curiosidade – a tentar entender o diferencial daquela gigante organização de comunicações, tão renomada internacionalmente por sua precisão jornalística e imparcialidade. Não tardou para que eu me deparasse com uma variante incomum entre o modelo britânico e os tradicionais modelos de televisão pública. Dentre os diversos artefatos que haviam sido estabelecidos na concepção da BBC para que seus serviços de radiodifusão possuísem autonomia diante dos governos do dia e de interesses econômicos, a sua forma de sustentação financeira destacava-se como um significativo diferencial. O financiamento baseado na contribuição direta dos usuários de serviços de televisão, através de uma licença anual para a propriedade de aparelhos televisivos, mostrava-se inicialmente, senão o mais importante, um dos mais importantes fatores da autonomia da organização.

Todavia, somente com minhas pressuposições iniciais não era possível assegurar-se uma hipótese. Afinal, havia uma série de outros pontos constituintes da estrutura e das normas daquela companhia que poderiam influenciar mais significativamente sua independência administrativa e editorial. Aproveitando a coincidência dessa indagação pessoal com a necessidade da definição de um tema para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão do curso de comunicação social, decidi encarar o desafio de traçar um breve estudo sobre a autonomia da corporação pública de comunicações britânica.

No início, contando somente com as curiosidades inerentes às diferenças culturais entre a televisão pública brasileira e a televisão pública britânica, foi necessário traçar um objetivo. Então, passei a delimitar os itens que poderiam influenciar no desempenho diferenciado da rede pública da Grã-Bretanha. Em si, o próprio modelo público desenvolvido no continente europeu já era um coeficiente passível de estudo. Afinal, o principal contraponto ao modelo comercial, representado principalmente pelos EUA, havia criado em seu próprio território,

padrões bem distintos. Mas, antes de introduzir essa questão, considere que seria interessante um rápido mergulho à concepção da televisão, esse veículo que assumiu na sociedade contemporânea uma influência política e social tão avultada. Após essa espécie de retrato histórico, eu poderia enfim adentrar ao estudo sobre a autonomia da televisão pública, que com os demais tópicos de caráter históricos sobre a televisão e o modelo público de televisão passarão a constituir o primeiro capítulo deste trabalho.

Situado o modelo público de televisão, precisaremos descrever quem é essa colossal organização pública britânica que há 83 anos é considerada mundialmente um modelo exemplar de *broadcasting*. Tarefa que só poderá ser realizada fragmentando-se detalhadamente aspectos característicos do grupo BBC. Temas como sua origem, seu funcionamento, sua estrutura, seu estatuto, seu organograma e suas formas de financiamento foram estipulados para que então, finalmente, eu possa analisar como ela comporta-se administrativamente e editorialmente.

Depois de finalizada a contextualização individual sobre o modelo público de televisão e sobre a BBC, no último capítulo irei analisar os desdobramentos do embate entre a corporação pública de comunicações e o governo britânico, no episódio citado no início dessa introdução. Batizado de Caso Kelly, em alusão ao nome de um de seus principais personagens, o assunto foi considerado pela imprensa da Grã-Bretanha como a maior crise entre a instituição pública de comunicações do país com o seu governo. Tentaremos analisar, baseados na cobertura do jornal brasileiro Folha de São Paulo e de alguns dos principais periódicos do Reino Unido, como a rede pública britânica comportou-se durante esse período de confronto direto com a administração do primeiro-ministro Tony Blair.

Novamente, é importante frisar que este estudo não pretende dizer tudo sobre esse assunto, e nem mesmo apontar quem estava certo ou errado. Simplesmente, gostaria de levantar através de breves relatos e análises um fato distinto e incomum à realidade brasileira. Principalmente, para que possamos lembrar que existem alternativas ao sistema de gestão do audiovisual exercido em nosso país.

Então, a partir dos próximos capítulos, tentarei analisar se a renomada BBC é realmente autônoma diante de seu governo e dos influentes interesses econômicos que concorrem com ela não pelo mercado publicitário, mas pelo espaço que ela ainda monopoliza dentro da Grã-Bretanha. Por último, tentarei compreender que tipos de mecanismos essa corporação utiliza para conseguir sobrepor-se a qualquer interesse que tente se opor ao seu papel de fiscalizadora das causas públicas.

“Volenti nihil difficile”²

2 A TELEVISÃO

2.1 A Concepção da Televisão

As palavras *tele* (longe, em grego) e *videre* (ver, em latim) foram utilizadas juntas pela primeira vez pelo francês Constantin Perskyi, em 1900, como título da sua tese apresentada durante o Congresso Internacional de Eletricidade, sediado em Paris, em conjunto com a feira científica “Exposição Paris 1900”. A partir desse acontecimento, o termo “Televisão” consolidaria-se mundialmente como sinônimo da tecnologia capaz de transmitir imagens e sons através de sinais eletromagnéticos.

Diferentemente do termo, não se pode atribuir a uma única pessoa a invenção da televisão. Essa que viria a tornar-se uma das mais importantes descobertas da História, teve seu processo embrionário desenvolvido em diferentes épocas, em diferentes lugares e, principalmente, por diferentes pessoas.

Sucessivas e independentes pesquisas originadas a partir de 1817, quando o químico sueco Jakob Berzelius descobriu casualmente o selênio – um elemento químico brilhante e luminoso – transformariam-se em um produto com alcance global tão revolucionário quanto o rádio, os satélites e a internet, mas, talvez, com o maior potencial de influência política nas sociedades modernas.

Dentre as centenas de pesquisas que borbulhavam no século XIX, desencadeadas pela Revolução Industrial, a busca de técnicas que possibilitassem a transmissão de imagens à distância era uma das maiores aspirações da ciência daquela época. Em 1842, o cientista inglês Alexander Bain deu um importante passo para o amadurecimento desse sonho, quando realizou a primeira transmissão

² *Lat* “Nada é difícil a quem quer; querer é poder”.

telegráfica de uma imagem (fac-símile) - processo que atualmente conhecemos como fax.

Assim como ocorrera em 1817, novamente o acaso influiria na concepção da televisão. Em 1873, os ingleses Willoughby Smith e Joseph May, operadores de telégrafos, observaram enquanto transmitiam mensagens através do aparelho de telégrafo, que a resistência elétrica do selênio era alterada proporcionalmente à quantidade de luz que incidia sobre a amostra, ou seja, o selênio podia transformar energia luminosa em energia elétrica, criando a possibilidade da transmissão de imagens por meio de correntes elétricas.

Vale lembrar que simultaneamente a essas descobertas, estão sendo desenvolvidas as tecnologias da fotografia, do cinema e do rádio. Conhecimentos tecnológicos que, futuramente, teriam influência decisiva no nascimento da televisão.

Entretanto, até então, as descobertas ocorridas em direção da transmissão de imagens ainda eram bastante rudimentares. Apesar de fortalecerem as teorias, elas deixavam um verdadeiro abismo de conhecimentos a serem revelados até a concreta possibilidade de transmitir imagens à distância. Obstruindo o desenrolar desse projeto, estava o desconhecimento de técnicas para a captação e posterior reagrupamento dessa energia luminosa na forma de imagens.

Porém, no ano de 1875, em Boston, nos EUA, uma descoberta isolada começou a reverter o jogo em favor dos cientistas que trabalhavam com a teoria da televisão. O americano George Carey propôs um sistema que era baseado na exploração de cada ponto da imagem simultaneamente. Cinco anos mais tarde, na França, descobriria-se através de Maurice Le Blanc, que imagens sucessivas apresentadas em alta velocidade conseguiam enganar o cérebro humano, dando a impressão de movimento. Associada à recente invenção da fotografia, essa descoberta criava as bases tecnológicas para o surgimento do cinematógrafo³, em 1895, pelos irmãos franceses Louis e Auguste Lumière.

³ O cinematógrafo era um equipamento capaz de fotografar como uma câmara escura e projetar imagens numa tela como uma lanterna mágica, marcando o início do cinema.

Amparado nessas invenções, em 1884, o alemão Paul Gottlieb Nipkow captou imagens divididas em pequenos pontos e reagrupou-as depois, utilizando um dispositivo mecânico desenvolvido por ele mesmo – o disco de Nipkow⁴ – para a formação da imagem.

No entanto, a televisão, assim como se conhece atualmente, nunca teria sido concebida sem a contribuição dos trabalhos do escocês James C. Maxwell e do professor alemão Henrich Rudolph Hertz. Em 1863, Maxwell descobriu através de equações matemáticas, a provável existência das ondas eletromagnéticas. Ou em outras palavras, ele provou teoricamente que uma onda eletromagnética deveria se propagar no vácuo com uma velocidade igual a da luz.

Dezessete anos depois, em 1890, embasado pela teoria de Maxwell, Hertz simulou num laboratório a existência das ondas eletromagnéticas, conhecidas hoje por ondas de rádio. Além disso, ele conseguiu comprovar que as ondas eletromagnéticas eram diferentes das ondas de luz somente no tamanho, possuindo a mesma velocidade, 300.000 km/s (trezentos mil quilômetros por segundo). Em sua homenagem, as ondas de rádio passaram a ser chamadas de "Ondas Hertzianas", usando-se também o "HERTZ" como unidade de freqüência.

Para que se entenda melhor a importância dessa descoberta, basta dizer que são graças a essas chamadas "ondas eletromagnéticas" que pode ser realizada a transmissão de sons e imagens pela ionosfera. Além de que, essas ondas são as responsáveis pela divisão do espectro eletromagnético em freqüências, fator indispensável para a organização e funcionamento tanto do rádio, quanto da televisão terrestre.

⁴ O equipamento criado por Nipkow consistia num sistema baseado em um disco de ferro, dotado de furos em espiral, que quando girado em alta velocidade formava a imagem disposta atrás dele. Para que isso ocorresse, esses furos eram posicionados de tal modo que podiam "varrer" uma imagem enquanto o disco rodava. Baseado nas propriedades fotocondutoras do selênio, a luz proveniente de cada furo era então transformada em corrente elétrica. Esta corrente elétrica produziria a iluminação intermitente de uma lâmpada colocada no outro extremo do condutor elétrico, formando uma imagem.

Novamente, é necessário ressaltar-se que esses trabalhos científicos, muitas vezes eram desenvolvidos paralelamente, mas em geral, tinham um caráter complementar sobre os outros.

No ano de 1892, dois alemães, Julius Elster e Hans Getbel, inventam a célula fotoelétrica. E em 1895, o engenheiro e físico italiano Guglielmo Marconi, desenvolve na Itália, a partir das experiências de Maxwell e Hertz, o que é geralmente reconhecido como o primeiro gerador de ondas de rádio da História⁵. No ano seguinte, Marconi transferiu-se para Londres, onde patenteou o invento para transmissão de sinais e trabalhou no aperfeiçoamento do equipamento, com a intenção de vender a tecnologia para a Marinha Britânica, a mais desenvolvida do mundo naquele momento.

No ano de 1906, o escocês Alan Archibald Campbell Swinton, continuando o processo tecnológico rumo à TV, desenvolveu um sistema de televisão que empregava a exploração mecânica de espelhos somada a um tubo de raios catódicos⁶. Sincronizados um ao outro, estes tubos poderiam, desde que ajustados, converter a energia luminosa proveniente de um objeto em energia elétrica e, posteriormente, converter essa mesma energia elétrica novamente em energia luminosa, disposta na forma de uma imagem. Porém, sem o conhecimento de Campbell Swinton, o professor Boris Rozing, na Rússia, e o Dr. Max Dieckmann, na Alemanha, também realizavam, ao mesmo tempo, experiências com tubos de raios catódicos como receptores de imagens.

A partir desse momento, uma avalanche de descobertas científicas relacionadas a essas invenções emergiram na Europa, nos EUA e na então União Soviética, nos anos subsequentes. No início da década de 20, o escocês John Logie Baird e o americano Charles Francis Jenkins, influenciados pelo disco de Nipkow e pela tecnologia do tubo de raios catódicos – embora sem que tivessem conhecimento do trabalho um do outro – desenvolvem um equipamento capaz de

⁵ Existem diversos conflitos com relação à paternidade do invento, incluindo um russo chamado Aleksander Stepanovich Popov, no mesmo ano, e o padre brasileiro Roberto Landell de Moura, que teria entre 1893 e 1894, realizado as primeiras experiências de transmissão e recepção sem fio através de ondas de rádio.

⁶ Instrumento com superfície fotossensível que pode ser varrida por um feixe de elétrons que vem de um canhão eletrônico, sendo assim o princípio da produção e reprodução da imagem eletrônica.

transmitir contornos de objetos à distância sincronizando dois discos perfurados em alta rotação.

Quase que paralelamente, em 1923, o engenheiro eletrônico russo naturalizado americano Wladimir Zworykin patenteia o iconoscópio, que utilizava os tubos de raios catódicos para analisar imagens. Em 1927, Philo Taylor Farnsworth, um engenheiro de rádio americano, patenteou um sistema dissecador de imagens por raios catódicos, que apesar de ser uma importante inovação tecnológica, por conseguir transmitir, pela primeira vez, imagens estáveis de um lugar para outro, ainda não possuía um nível de resolução satisfatório⁷.

Entre essas descobertas, em 1926, Baird volta à cena e realiza a primeira transmissão elétrica de uma imagem humana em movimento. Utilizando um equipamento mecânico⁸, com padrão de definição de apenas 30 linhas, o escocês conseguiu demonstrar sua invenção para aproximadamente 40 membros da comunidade científica presentes no *Royal Institution* de Londres. Apesar de serem apenas contornos, as imagens eram compostas por graduações tonais de luz e sombra. Após a demonstração, Baird assinou um contrato para transmissões experimentais com a recém formada *British Broadcasting Company* (BBC).

As inovações de Zworykin também são reconhecidas e o russo é convidado pela RCA, dos EUA, a coordenar a equipe responsável pela produção do primeiro tubo de televisão, batizado de “Orticon”⁹.

Estimuladas pelas cada vez mais concretas descobertas tecnológicas relativas à televisão, as gigantes da indústria eletrônica *Westinghouse*, *General Electric* e RCA resolvem se unir, fundando em 1926, a primeira companhia americana de televisão: a “*National Broadcasting Company* (NBC). O mercado cada vez mais agitado, vê surgir no ano seguinte mais uma empresa americana de

⁷ Atualmente, todos os modernos tubos de imagens utilizados em aparelhos de televisão são inspirados diretamente nesta invenção de Farnsworth.

⁸ Os primeiros aparelhos de televisão, construídos até 1935, eram movidos a motor.

⁹ Ainda que o iconoscópio fosse uma grande descoberta na fase de concepção da televisão, ele exigia uma quantidade exagerada de luz e reproduzia uma imagem deficiente. Daí a necessidade de desenvolver um equipamento semelhante em suas atribuições, mas com melhorias técnicas.

televisão: a *Columbia Phonographic Broadcasting System* – mais tarde rebatizada nos EUA como CBS.

Já em 1928, a NBC funda a sua primeira emissora de televisão, a W2XBS, que transmite experimentalmente para os EUA a partir da cidade de Nova York. A emissora acaba tornando-se a mãe da primeira estrela da televisão, o Gato Félix. Alguns meses mais tarde, no mesmo ano, John Logie Baird transmite imagens televisivas de Londres para Nova York, utilizando ondas curtas.

Embora os primeiros programas transmitidos publicamente a cores só viessem a ocorrer em 1951, pela CBS dos EUA, já em 1929, realizaram-se as primeiras experiências com a nova tecnologia, a partir de transmissões entre a cidade de Nova York e Washington D.C., com os sinais elétricos de cada cor primária sendo enviados em circuitos distintos.

Na década de 30, embora ainda de forma experimental, começaram a se propagar as primeiras transmissões de televisão fora do eixo EUA-Grã Bretanha. Entretanto, concretamente, a primeira transmissão aberta de imagens por uma emissora de televisão ocorreria somente em 02 de março de 1935, na Alemanha.

Sob forte intervenção do Estado, a televisão pública alemã¹⁰, a partir daí, passou a servir como “mais um veículo”¹¹ de propaganda da doutrina nazista de Hitler. A primeira grande oportunidade de utilizar a televisão como veículo de propaganda ocorreu em 1936, com a cobertura dos XI Jogos Olímpicos, sediados em Berlim, embora as transmissões tenham sido assistidas somente dentro da Vila Olímpica e em alguns teatros selecionados pela cidade.

¹⁰ Em 1935, adiantando-se aos demais países que desenvolviam a tecnologia da televisão, a Alemanha inaugurava as primeiras transmissões televisivas de caráter não-experimental. No entanto, nesta fase inicial, a qualidade das imagens era bastante ruim, poucos aparelhos televisivos eram vendidos e a programação era esporádica.

¹¹ A primeira estação de rádio alemã havia surgido em 1923, em Berlim. No decurso da II Guerra Mundial, Hitler utilizou a força do rádio como elemento de persuasão sobre o povo alemão. Por conta da sedução que sua voz causava, conseguiu utilizar esse meio com significativa eficácia.

No ano seguinte, a BBC¹² lançou a primeira emissora regular de televisão do mundo. E com apenas um ano de funcionamento, a BBC já mobilizava aproximadamente 50 mil telespectadores diante dos poucos aparelhos de televisão existentes no país, com a cerimônia de coroação do rei Jorge VI.

Às vésperas do início da II Guerra Mundial, algumas outras emissoras públicas, ainda em processos embrionários, foram inauguradas na Europa. Em 1938, a França, que já realizava experiências televisivas transmitindo a partir da Torre Eiffel há alguns anos, inaugura sua primeira emissora regular de televisão, com caráter público. Também os russos, em 1938, passam a realizar suas primeiras transmissões regulares. Embora gerenciada e sustentada pelo Estado, o modelo soviético não apresentava as mesmas características do modelo público adotado pelas outras emissoras então vigentes no resto do continente europeu.

Em 30 de abril de 1939, durante a Feira Mundial de Nova York, iniciaram-se as transmissões regulares nos EUA, com a NBC. E nesta abordagem, é necessário que façamos um adendo. Afinal, não podemos desconsiderar o papel e as decisões tomadas pelos norte-americanos na fase embrionária da televisão.

O progresso da televisão estava defasado nos EUA, em relação à Europa, no começo das transmissões televisivas, no final da década de 30. Os programas experimentais de televisão da NBC eram esporádicos e de baixa qualidade. Pouquíssimos aparelhos de televisão estavam sendo vendidos – em parte, consequência de seus altos custos – acarretando em baixíssimo interesse do público pelo veículo. Na tentativa de reverter essa apatia, a Comissão Federal de Comunicações dos EUA estabeleceu no país a adoção do serviço comercial, sustentado pela publicidade. No rastro da resolução, a RCA aproveitou para estimular o consumo de televisores – consequentemente aumentando a audiência – e anunciou uma grande redução nos preços dos aparelhos. (ABRAMSON, 1995, p. 31)

Boddy (1995, p. 35) completa esse relato ao destacar que o impacto das decisões regulatórias tomadas nos primórdios do rádio e da televisão nos EUA, relativos a matérias como distribuição do espectro, definição da qualidade da imagem, entre outros, havia criado um pequeno grupo de empresas envolvidas no assunto, as quais rapidamente se tornaram poderosas figuras nas políticas

¹² Em 1927, a BBC, que havia sido fundada cinco anos antes por um grupo de seis empresas privadas, é encampada pelo governo britânico.

regulatórias do sistema audiovisual. E que portanto, no momento em que se discutiu alternativas para a sobrevivência da televisão, esse grupo havia influenciado significativamente na adoção do modelo comercial, em vista de seus interesses econômicos com o tema.

No período pós-guerra, com o pleno estabelecimento da televisão, esse modelo comercial, instituído inicialmente nos EUA, passou a ser considerado o grande contraponto ao sistema público de gestão, representado principalmente pela Europa ocidental.

A propaganda nos Estados Unidos foi tratada como visitante de honra do broadcasting. Na Europa ela é uma visitante tolerada e recebe o mais humilde lugar da mesa. (SEPSTRUP APUD LEAL FILHO, 1997, p. 25)¹³

A II Guerra Mundial iniciara-se em 1939, e a Alemanha fora o único país da Europa que decidira manter as transmissões televisivas durante o conflito. No mesmo ano, começaram a ser vendidos ao público os primeiros aparelhos de televisão nos EUA. No dia 1º de setembro de 1939, com a deflagração da guerra contra os alemães, a BBC interrompeu abruptamente suas transmissões de TV enquanto reproduzia o desenho animado Mickey Mouse, porque os ingleses temiam que as transmissões emitidas pelas antenas instaladas ao norte de Londres pudessem ajudar na orientação da aviação inimiga (LEAL FILHO, 1997, p. 48).

Em 7 de setembro de 1941, em plena II Guerra Mundial, a CBS apresentou o primeiro telejornal da História. Embora de forma um pouco precária, o noticiário abordava o envolvimento dos EUA no conflito. Porém, em 7 de dezembro do mesmo ano, o bombardeio japonês a Pearl Harbour, no pacífico sul, colocaria os americanos na II Guerra Mundial e interromperia a maioria dos programas de televisão no país até o final do conflito.

A guerra que envolveu o mundo acabou se transformando num último obstáculo ao pleno estabelecimento da televisão. Com todas as prioridades financeiras e científicas voltadas a soluções bélicas, a televisão teve que aguardar

¹³ SEPSTRUP, Preben. The Economic Dilemma of Television Advertising. In: *European Journal of Communication*, 1 (4):383-405, 1986.

na geladeira, justo em seu desabrochar para o mundo, assistindo imóvel à consagração do rádio na sociedade. Somente nos últimos momentos da II Guerra Mundial, é que a televisão pôde começar a trilhar novamente sua estrada.

As transmissões iriam retornar a funcionar na Grã-Bretanha somente em junho de 1946, um ano após o armistício, no ponto exato onde havia sido interrompido o desenho do personagem de Walt Disney. Porém, a França já havia retornado a transmitir normalmente sua programação televisiva desde outubro de 1944, e a Rússia desde dezembro de 1945.

Independentemente do enorme sucesso conquistado pelo rádio durante os seis anos de lutas da II Guerra Mundial, nos quais o veículo havia deixado de ser uma fria testemunha para se tornar um caloroso companheiro da população, em poucos anos, a televisão tomou o gosto popular.

Em 1950, apenas cinco anos após o desfecho da guerra, já havia mais gente nos EUA assistindo televisão do que ouvindo rádio. Em 18 de setembro de 1950, o Brasil tornava-se o primeiro país da América do Sul a possuir um sistema regular de televisão, com a inauguração da TV Tupi, das Emissoras Associadas, em padrões comerciais como os que haviam sido adotados pelos EUA.

2.2 Adoção do Modelo Público de Televisão

Enquanto físicos, químicos, matemáticos e engenheiros debruçavam-se sobre um sem número de pesquisas e projetos na tentativa de realizarem transmissões de imagens à distância no início do século passado, políticos e intelectuais já iniciavam os debates preliminares sobre as formas mais corretas de administrarem os frutos advindos dessa tecnologia. Sabia-se, antes mesmo da definitiva concepção do rádio e da televisão, que esses veículos seriam revolucionários mediante suas possibilidades de alcance.

Na verdade, a implantação do rádio e da televisão pública se confunde com a implantação do rádio e da televisão no continente europeu. Desde o início, o modelo adotado na Europa ocidental serviu de exemplo para as demais experiências do poder público no sistema radiotelevisivo ao redor do mundo. De fato, a opção pelo sistema público não foi necessariamente uma decisão, mas sim uma condução, encaminhada por diversos fatores – abordados nas discussões posteriores – que tentavam contrapor-se às demais opções existentes, o modelo comercial¹⁴ e o modelo estatal¹⁵.

Primeiramente, para que se entenda as causas que levaram a esse debate, é necessário que se analise os contextos políticos, culturais e técnicos que circundavam a Europa e refletiam-se no resto dos continentes. Afinal, foi a partir do seu conjunto que as elites culturais européias elaboraram o “conceito ideológico de que o controle dessas recém surgidas mídias estava intimamente ligado à defesa dos interesses culturais, das liberdades e do patrimônio público” (LEAL FILHO, 1997, p. 35), justificando a implantação do modelo público de rádio e televisão.

O cenário político existente no momento de introdução do sistema de distribuição audiovisual era digamos, no mínimo preocupante. Desde antes da virada para o século XX, os embates entre as grandes potências imperialistas européias vinham numa crescente vertiginosa, com fagulhas de interesses potencializando um grande conflito. A guerra explode em 1914, e por quatro anos corrói a Europa. Após o seu desmembramento, a supremacia hegemônica de países como a Grã-Bretanha nunca mais seria a mesma. Inicia-se então, um período de grandes crises econômicas – que se intensificaria com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929 – e de tensões sociais em quase todo o continente europeu.

¹⁴ O modelo comercial de televisão, assim como o próprio nome sugere, é aquele sustentado pela iniciativa privada. Desenvolvido nos EUA, no início da década de 40, o modelo acabou rapidamente se tornando o grande contraponto ao modelo adotado pela Europa ocidental. O padrão comercial de mídia enxergou na publicidade um atraente parceiro, com o qual passou a movimentar, desde o início, quantias colossais de dinheiro. Nesse sistema, os índices de audiência são o principal termômetro, guiando os rumos da programação.

¹⁵ O modelo estatal de televisão acabou caracterizado principalmente pelo sistema adotado pela então URSS e demais países pertencentes ao bloco soviético no leste europeu. Fundada inicialmente sob a administração de Stalin, o sistema estatal de televisão sofria profunda intervenção estatal, servindo muito mais para reproduzir os pensamentos do Partido Comunista, do que os anseios e necessidades da população, assim como ocorria em outras áreas dos meios de produção do bloco.

A miséria e humilhação inerentes à alma dos países derrotados na I Guerra Mundial havia lavrado um enorme campo de distensões políticas. Além disso, desdobrava-se uma Revolução Socialista na Rússia, contrapondo-se ao capitalismo e aglutinando simpatizantes em praticamente toda a Europa, enquanto regimes ditatoriais emergiam na Áustria, Alemanha¹⁶, e Itália. Alimentado pelo sentimento de revanchismo presente no povo, em poucos anos, o nazismo de Hitler, apoiado pelo fascismo de Mussolini, deixava de ser um fantasma distante, para materializar-se em uma ameaça concreta à soberania européia.

Paralelamente a essa verdadeira bomba-relógio, a ciência, trabalhando num ritmo alucinante, produzindo as maiores e mais importantes descobertas científicas de todos os tempos, em questão de poucas décadas. Não havia como se manter impassível diante de tantas mudanças. O telefone, o rádio, a penicilina, o avião, o automóvel, o telégrafo, o cinema e a experimental televisão, seriam avanços tecnológicos que iriam transformar definitivamente a cara da sociedade moderna.

E foi justamente do campo científico, mais precisamente de uma situação de ordem técnica, que surgiu outro forte atenuante para a escolha do modelo público de gestão, enquanto se realizavam os últimos ajustes para o lançamento definitivo do rádio e da televisão. Segundo regulamentação de direito internacional outorgada pela União Internacional de Telecomunicações, somente Estados nacionais possuiriam soberania para repartir o espectro terrestre de ondas de rádio existente sobre cada território, a fim de que se evitassem interferências e sobreposições das mesmas. Além disso, somente Estados soberanos, independentemente do seu regime, poderiam licenciar o uso do espectro, e dessa forma, ditar assuntos cruciais à concepção e funcionamento dos mesmos, como limites, potências de transmissão e direções dos sinais.

Doravante, agregada a todo esse contexto político e tecnológico, ainda existia a preocupação de alguns governos com o risco de dominação cultural por outros países, presente no advento do rádio e da televisão. Então, de forma a evitar a utilização dessas mídias de comunicação como ferramentas políticas ou

¹⁶ O regime nazista na Alemanha e na Áustria, aproveitou-se das profundas feridas deixadas abertas na população desses países pelas sanções impostas pelo Tratado de Versailhes para conquistarem espaço político.

dominatórias, estabeleceu-se desde o início da implantação do serviço de distribuição audiovisual, na maior parte da Europa ocidental, a sua vinculação com outros setores culturais da sociedade, como universidades, museus e bibliotecas. Era a construção, na população, da idéia de que essas emissoras faziam parte do patrimônio cultural dessas nações, tais quais os idiomas, as tradições regionais ou o próprio hino nacional.

Outra prevenção tomada na implantação da televisão na Europa foi de caráter jurídico. Embora a diferença temporal na estruturação das transmissões regulares do rádio e da televisão não fosse muito grande¹⁷, quando as transmissões televisivas tornaram-se viáveis tecnicamente – antes da II Guerra Mundial – a instituição do rádio já tinha recebido uma estrutura básica, e a televisão acabou submetendo-se a mesma legislação¹⁸ que havia sido contruída para a radiodifusão, nos Estados nacionais.

Com toda essa complexa rede de fatores, concluiu-se em tais países, que somente a alternativa do serviço público poderia controlar e administrar o sistema audiovisual com menor risco de desvio do enfoque cultural a que lhe havia sido atribuído. Leal Filho (1997, p. 18) define o conceito de “serviço público” utilizado na concepção do modelo de *broadcasting*¹⁹ adotado na Europa ocidental:

Trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população que precisa ser atendida. E público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público. Só assim seriam capazes de dar conta de sua vocação cultural. (LEAL FILHO, 1997, p. 18)

Desta maneira, vários países europeus acabaram adotando o sistema público de rádio, e mais tarde de televisão, como alternativa de gestão do *broadcasting*. No entanto, ainda existiam outras questões pendentes, relativas a como sustentar financeiramente esse sistema, e como manter a mínima intervenção possível do governo “do dia” sobre a autonomia dessas empresas públicas.

¹⁷ O primeiro programa de rádio que se tem notícia aconteceu na cidade de Nova York, nos EUA, no ano de 1916. Já a primeira transmissão regular de televisão, ocorreu 19 anos depois, em 1935, na Alemanha.

¹⁸ Em boa parte dos países da Europa ocidental, e também na Rússia, o rádio fora submetido, em seus primeiros anos, à administração dos correios. Desta forma, enquadrando-se em parte da legislação pertinente ao órgão.

A solução para a sustentabilidade do sistema veio rapidamente. Liderados pela Grã-Bretanha, que havia adotado a licença paga²⁰ para sustentar a receita da empresa pública responsável pelo serviço de rádio no país, todos os outros países da Europa ocidental, exceto a Espanha, adotaram formas semelhantes de geração de renda, mantidas até os dias de hoje.

Outras formas de financiamento adotadas para sustentar o sistema público de *broadcasting* foram recursos oriundos diretamente do orçamento dos governos, publicidade através de curtas veiculações – na forma de “apoios culturais” – doações espontâneas dos telespectadores e uma pequena participação de outras receitas²¹.

A adoção destas específicas formas de financiamento, em preterimento ao uso exclusivo da publicidade, como no modelo comercial, foram alguns cuidados tomados para que a missão principal da televisão pública fosse servir os telespectadores como cidadãos e eleitores, ao invés de consumidores. Contudo, isso não significa que ela tenha adotado uma atitude de indiferença diante da economia em âmbito geral e no meio específico no qual ela se encontra. A procura de recursos, o controle de custos e o estudo das audiências – principalmente nesses tempos de crescente concorrência com outras mídias – também constituem obrigações da televisão pública, embora ela não necessite priorizar essa visão.

De qualquer forma, mesmo com a conseqüente elitização desses veículos, todas essas precauções com a potencialidade do rádio e da televisão, viriam a fortificar um caráter informativo, cultural e de entretenimento do *broadcasting*, em boa parte do continente europeu. A opção pelo sistema público acabou gerando em alguns países, como Grã-Bretanha e França, a implantação do conceito pleno de “coisa pública” no rádio e na TV. Em outros termos, a partir da constatação de que essas empresas tratavam-se de um bem comum, sustentadas diretamente pela população, definiu-se que elas deveriam submeter-se e ser supervisionadas de

¹⁹ Emissoras de rádio e televisão.

²⁰ Taxas anuais pagas pela população para lhes garantir o direito de possuir aparelhos de televisão em suas residências.

²¹ Ver em anexos, infográfico com as fontes de financiamento dos maiores serviços públicos de televisão do mundo.

acordo com os interesses do povo, assim como são subordinados outros serviços de primeira necessidade, como água, luz, telefonia e serviço de correio.

Um dos aspectos mais significantes da ideologia concebida no período de implantação do rádio e da televisão pública na Europa, é que esses veículos deveriam abranger a mais ampla faixa de pluralidade social possível. Ou seja, eles não poderiam se deixar guiar somente pelos índices de audiência, embora esses devessem ser considerados no âmbito global. Ponderando-se que toda a população tem participação no financiamento do serviço público, estipulou-se que ele deveria atender aos anseios e interesses do público, incluindo as minorias. A especialização surgiria, ainda no decorrer dos anos 60, com o aparecimento de novos canais que contemplaram espaços para públicos minoritários, além de programas de abrangência regional e local, modelo que se mantém até hoje.

Assim, a televisão pública europeia acabou contruindo e consolidando o seu modelo no decorrer do século XX, voltado para uma ampla cobertura e com altas metas de qualidade, diversidade e popularidade. Porém, para que possamos compreender plenamente como atuam as emissoras públicas de televisão, necessitamos fazer uma análise específica sobre um ponto vital na qualidade desses veículos, a autonomia delas em relação aos governos “do dia”.

2.3 A Autonomia da TV Pública

Considera-se que o papel exercido pela autonomia nas empresas públicas de comunicação é tão importante e decisivo para o seu bom desempenho, que se opta por realizar a análise sobre esse ponto em duas etapas distintas. Primeiramente, a autonomia das emissoras públicas de televisão no âmbito global, que será realizada nesse capítulo, porém, sem a presença da BBC, que será analisada posteriormente, de forma isolada, por se tratar do objeto principal deste estudo. Assim, avalia-se que seriam mais confiáveis os resultados que serão apresentados na conclusão desse trabalho.

Surgido na Grécia antiga com o mesmo nome, já naquela época o conceito de autonomia designava a faculdade de governar-se por suas próprias leis, ou mais precisamente, quando relacionado ao serviço público, representava um organismo dotado de poder que lhe permitisse gerir seus negócios sem a interferência do poder central (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1987). Na verdade, não se sabe se o conceito alguma vez chegou a ser utilizado em sua forma plena, ou se acabou desviando-se de seus princípios durante o Império Romano, do qual o sistema administrativo brasileiro herdou boa parte da burocracia estatal. Independentemente da origem, o que importa é que, atualmente, o conceito anda bastante vago, pois se encontram pouquíssimos exemplos de empresas públicas dotadas com o verdadeiro caráter de autonomia de gestão. Principalmente, quando suas atividades exercem um significativo poder político ou econômico. Nesses casos, geralmente, as interferências por parte do poder central, quando não prejudicam, acabam comprometendo a credibilidade do órgão estatal.

Quando criou-se o conceito de serviço público do rádio e da televisão na Europa ocidental, a concepção relativa à autonomia desses veículos moldou-se primeiramente às realidades políticas de cada Estado nacional, o que acarretou em diferentes formas de gestão do serviço público. Alguns modelos, como o alemão, acabaram reestruturando-se futuramente, devido aos rumos que o país seguiu após o final da II Guerra Mundial. Sua parte ocidental, adotou em tese, um modelo mais próximo ao desenvolvido em países como a Grã-Bretanha, enquanto a face oriental, acabou convertendo-se ao modelo estatal soviético. Somente com a unificação proporcionada pela queda do muro de Berlim, no final da década de 80, os dois modelos foram integrados num só, aos moldes ocidentais.

Porém, essas discrepâncias acabaram ocorrendo em todos os territórios em que a televisão pública desenvolveu-se. Basicamente, porque a regulamentação de seus estatutos está subordinada à soberania de cada Estado.

Para categorizar os modelos existentes, relativos à autonomia de gestão das emissoras públicas de televisão, utilizaremos duas classificações reproduzidas por Leal Filho (1997, p. 20). A primeira delas, criada por Mary Kelly apud Leal Filho

(1983, p. 20)²², divide o relacionamento das televisões públicas dos países da Europa ocidental com os seus governos nacionais em três grupos: o dos países que adotaram conselhos suprapartidários como órgãos diretores das emissoras, o dos países que reconhecem publicamente que os meios de comunicação são arenas de debate político e que não há como despolitizá-los e por último, o dos países em que os órgãos do Estado podem intervir legalmente nas decisões das emissoras.

No primeiro grupo, os países que melhor representam essa concepção são a Grã-Bretanha, a Suécia e a Irlanda, adotando como forma de gerenciamento e de supervisão para as suas emissoras públicas de televisão, conselhos sem vínculos políticos-partidários. Justamente por esse fator, “[...] esses conselhos inspirariam confiança entre a população por seus componentes não terem outros interesses se não os de promover o serviço público.”, conforme definição do Comitê Crawford, criado pelo Parlamento inglês em 1926 para estabelecer os critérios de constituição do Primeiro Conselho Diretor da BBC (WEDELL APUD LEAL FILHO, 1997, p. 21)²³. Nesse sistema, os integrantes dos conselhos diretores são indicados pelo legislativo e após serem definidos, necessitam do aval final do poder executivo. Embora, não existam garantias de que não ocorram acordos prévios para indicação dos nomes do conselho entre os partidos políticos, esse “[...] ainda é o sistema formalmente autônomo e pretensamente despolitizado” (LEAL FILHO, 1997, p. 21).

No segundo grupo, destacado principalmente pela Alemanha, Dinamarca e Bélgica, os conselhos diretores são formados por representantes dos principais partidos políticos e de organizações expressivas da sociedade, na tentativa de “[...] manter a independência e o equilíbrio nas programações” (LEAL FILHO, 1997, p. 21). No entanto, os desvios nesse sistema acabam sendo inevitáveis. Assim como ocorre na escolha dos postos diretivos nas estatais brasileiras, os cargos-chaves das emissoras públicas desses países são utilizados como moedas políticas, através de articulações realizadas pelas coalizões partidárias. Porém, “[...] a pluralidade de opiniões acaba sendo amplamente garantida, porque as decisões mais importantes

²² KELLY, Mary (1983) **Influences on Broadcasting Policies for Election Coverage**. In BLUMER, Jay G. (ed.), *Communicating to Voters: Television in the First European Parliamentary Elections*. Londres, Beverly Hills e Nova Delhi: Sage, pp.65-82.

²³ WEDELL, E.G. (1968) **Broadcasting and Public Policy**. Londres: Michael Joseph Books.

não estão efetivamente nas mãos dos partidos políticos, mas sim sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal” (LEAL FILHO, 1997, p. 22).

E finalmente, o terceiro grupo, formado por países como Itália e Grécia, onde a interferência do governo é tão grande, que certas vezes chega a modificar diretamente as programações.

Na Itália, a interferência aberta vem do Parlamento, não apenas com ingerências sobre os programas, mas também com a distribuição de cargos importantes no interior das emissoras. Até 1994, as três emissoras públicas italianas foram controladas partidariamente. A RAI1, pelos democrata-cristãos; a RAI2, pelos socialistas e a RAI3, pelos comunistas. (LEAL FILHO, 1997, p. 22)

Embora, essa classificação restrinja-se aos países da Europa ocidental, de modo geral, as televisões públicas brasileiras encaixariam-se nesse terceiro grupo de países, pois uma das primeiras iniciativas de todos os governantes brasileiros ao assumirem seus cargos é remodelar a administração dos veículos públicos de comunicação com pessoas de sua confiança, comprometendo significativamente a autonomia política e jornalística desses veículos. Além de que, no decorrer de mandatos públicos, as emissoras acabam recebendo interferências vindas diretamente do poder executivo.

A segunda classificação sobre os modelos de autonomia das televisões públicas é a formulada por Blummer e Nossiter apud Leal Filho (1991, p. 22)²⁴, com um trabalho voltado mais para o controle e o financiamento dos serviços da televisão. Nessa tipologia, até a onda de privatizações de empresas públicas ocorrida anos 80, podiam ser observadas seis diferentes formas de relacionamento impostas pelas forças políticas e de mercado de 13 países:

Forte controle governamental (França, Grécia e Itália, até 1975); serviço público “puro” (Suécia, Dinamarca e Noruega); serviço público com limitado apoio comercial (Alemanha e Holanda); sistema misto, com forte regulamentação pública, tanto no setor público como no comercial (Grã-Bretanha); sistema misto, com fraca regulamentação sobre o setor comercial (Austrália, Canadá e Japão) e livre mercado com um sistema público

²⁴ BLUMER, Jay G. e NOSSITER, T. J. **Broadcasting Finance in Transition**. Oxford/Nova York:Oxford University Press, 1991.

marginal²⁵ (EUA). (BLUMER e NOSSITER APUD LEAL FILHO, 1997, p. 22)²⁶

Definidos os dois sistemas de categorização, vale lembrar que essas são apenas generalizações. Afinal, é lógico que na prática os processos que definem a real situação de convivência entre esses dois atores, as emissoras de televisão e os governos nacionais, são muito mais complexos. Mas de qualquer forma, essa é uma maneira para se definir certos padrões característicos, pelo menos no que tange às influências por parte de poderes externos.

Para que se possa ter uma visão um pouco mais global do cenário das televisões públicas, mundialmente, traça-se a seguir, um pequeno perfil regional desses veículos na Oceania, América Latina e América do Norte, já que até então, utilizou-se somente a Europa como forma de comparação.

Na América do Norte, apesar de encontrar-se em pleno quintal do poderoso modelo comercial americano, a situação da televisão pública é o que se pode chamar de estável. No Canadá, que pela proximidade física recebe muita influência do seu vizinho, existe uma grande e importante emissora pública de rádio e televisão, a CBC. Em compensação, respeitando as diversidade culturais do país, diversas províncias canadenses operam companhias públicas de *broadcasting*. Embora sejam retransmissoras da CBC, essas emissoras não são exatamente afiliadas da corporação, pois possuem administrações distintas, com autonomia perante a transmissora. Nessa rede nacional, estão incluídas a TVOntário, a qual opera duas redes de televisão (a TVO, em língua inglesa, e a TFO, em idioma francês), a Tele-Quebec, a rádio pública CKUA, e a *Knowledge Network* (Rede de Conhecimento). Além disso, muitas outras estações comunitárias também operam em caráter não-comercial, com fundos provenientes de corporações e doadores individuais.

²⁵ Novamente, poderíamos categorizar o modelo brasileiro através de uma formulação utilizada para classificar os tipos de televisão pública existentes. Neste caso, especificamente, o sistema brasileiro de televisão pública estaria inserido na mesma classificação na qual os EUA estão incluídos, que é definido como “de livre mercado com um sistema público marginal”.

²⁶ BLUMER, Jay G. e NOSSITER, T.J. (1991) **Broadcasting Finance in Transition**. Oxford/Nova York: *Oxford University Press*.

Nos EUA, a *Public Broadcasting System* (PBS) é financiada e administrada pela *Corporation for Public Broadcasting* (CPB), que opera sobre uma ampla base de suporte por parte dos telespectadores, com patrocinadores comerciais somente em programas específicos. Através dos anos, anúncios patrocinados têm lentamente se transformado em alguma coisa semelhante aos anúncios veiculados nas televisões comerciais, embora, normalmente, eles sejam menores e tenham um tom menos intenso do que o que é visto no modelo comercial. Muitas organizações privadas, no entanto, ainda recebem somente um pequeno agradecimento por suas contribuições financeiras durante as programações. Dessa forma, a PBS continua funcionando como uma corporação sem fins lucrativos. Proprietária de 141 operadoras de emissoras locais dos EUA, ela reúne 348 emissoras afiliadas. Com um modelo de programação totalmente terceirizado, voltado para a educação e o entretenimento, a rede pública americana atinge 99% de seu território.

Distantes geograficamente, porém, bastante próximos culturalmente da Europa, a televisão pública na Austrália e na Nova Zelândia é quase uma extensão do modelo utilizado na União Européia, mantidas as suas peculiaridades. Na Austrália, a ABC, uma das principais emissoras públicas de televisão do país, foi fundada num sistema de subvenção governamental, o qual a tem mantido vulnerável aos cortes no orçamento do governo. Já a outra emissora pública de televisão australiana, a multicultural SBS, atualmente aceita limitadas cotas de patrocínios e publicidade. Também existe uma parcela da comunidade televisiva que sobrevive praticamente só com doações e patrocínios corporativos. Eles organizam-se similarmente como a PBS, nos EUA, mas, são muito menos poderosos.

Na vizinha Nova Zelândia, a antiga emissora pública de rádio e televisão, a *New Zealand Broadcasting Corporation* (NZBC), foi dividida em duas corporações distintas: a *Television New Zealand* (TVNZ) e a *Radio New Zealand* (RNZ). Entretanto, enquanto a RNZ ainda permanece com seu caráter não-comercial, a TVNZ tem comercializado significativamente seu espaço de programação nos últimos anos, já sendo, inclusive, acusada de perda de qualidade em prol de audiência.

E, finalmente, a América Latina, onde o modelo europeu de serviço público de *broadcasting* nunca chegou propriamente a se desenvolver. As emissoras públicas dos países latino-americanos normalmente são totalmente dependentes financeiramente do Estado, isso, quando não são administradas diretamente pelo partido no poder. Analisando essas singularidades, pode-se tentar compreender por quê o modelo comercial rapidamente conquistou o domínio quase que absoluto dos telespectadores desses países, deixando ao sistema público de rádio e televisão, uma presença praticamente simbólica.

Embora a constituição brasileira afirme que todas as emissoras de TV do país são públicas, na prática, o modelo comercial é senhor absoluto nas concepções do Estado. Às verdadeiras emissoras públicas, que aqui receberam a alcunha de educativas, restou somente um apático nicho de atuação, que nunca conseguiu bater de frente com suas concorrentes comerciais. Principalmente, porque por muitos anos, elas dependeram única e exclusivamente de verbas oriundas do orçamento dos governos estaduais e do governo federal, fator que as deixavam dependentes politicamente dos governos do dia e defasadas tecnologicamente em comparação com as emissoras privadas.

As duas emissoras públicas mais importantes do país são a Fundação Padre Anchieta, ligada ao governo de São Paulo e responsável pela Rede Cultura de São Paulo, e a antiga Fundação Roquete Pinto, atualmente denominada TVE Brasil, subordinada ao Governo Federal. Já à Fundação Cultural Piratini de Rádio e Televisão – TVE e FM Cultura – do Estado do Rio Grande do Sul, restou apenas uma fraca presença regional, profundamente dependente dos programas oferecidos pela espécie de consórcio entre a Rede Cultura e a TVE Brasil, em que o melhor da programação das duas emissoras é compartilhado com as demais emissoras educativas do país. Embora, em 1995, a Assembléia Legislativa tenha aprovado mudanças no estatuto da emissora pública gaúcha, ela continua com seu histórico de dificuldades financeiras, defasagem tecnológica e dependência do Estado, que ainda é responsável por aproximadamente 80% de seu orçamento. E assim como ocorre na TV pública paulista, a corporação gaúcha é administrada por um Conselho Deliberativo, aqui formado por 24 membros, dos quais 18 são indicados por entidades representativas e seis por representantes da sociedade. No entanto, nem

mesmo a constituição de um conselho autônomo defendeu a emissora dos desmandos do poder executivo, que acaba usando os principais cargos da companhia pública como moeda política.

Esse é o grande problema e com certeza a maior razão para o fracasso das TVs educativas no Brasil. Elas têm sérias restrições para superar as dificuldades econômicas, impedidas que são de receberem recursos externos, seja com propaganda ou mesmo doações. Quando encontram um caminho administrativo, ele acaba abandonado pela simples troca de governos. [...] Em suma, as TV's Educativas no Brasil não conseguiram identidade própria porque são marcadas pelas mudanças políticas e ideológicas. (PORCELLO, 2002, p. 43)

A partir dessas leituras iniciais, já é possível perceber-se que quando se trata do modelo público de rádio e televisão, é mais fácil precaver-se das interferências comerciais, do que das interferências políticas, embora muitas vezes os interesses políticos trabalhem a serviço dos interesses comerciais.

*“Vincit omnia veritas”*²⁷

3 A BBC

3.1 A História da BBC

A *British Broadcasting Corporation* (BBC) representa desde os primórdios de sua fundação, na década de 20, um modelo exemplar de *broadcasting*. Nestas mais de oito décadas de atuação, a rede pública de comunicações britânica adquiriu respeito, credibilidade e notoriedade, não somente junto ao seu principal público alvo, o povo britânico, mas sim, junto a todos telespectadores ao redor do mundo²⁸. Além de que, é possivelmente, o único caso de mídia eletrônica que serve de exemplo tanto para o modelo público, quanto para a iniciativa privada.

A pedra base desse colossal complexo de comunicações foi assentada em 1922, com a incentivação do diretor geral dos Correios²⁹ britânicos à formação de um conglomerado das empresas interessadas em explorar a tecnologia da radiodifusão. Responsável pela concessão das licenças de transmissão de rádio no país, em 1919, o órgão público decidiu interromper as concessões por causa de um grande número de reclamações das forças armadas a respeito de interferências nas transmissões de comunicações militares. No entanto, Leal Filho (1997) aponta outro fato que acabou motivando a posição dos Correios. Segundo o autor, a instituição se viu obrigada a apoiar uma forma mais ordenada nas transmissões de rádio, porque naquele ano, já existiam quase cem pessoas querendo explorar comercialmente o rádio. O surgimento da BBC acabou sendo a solução técnica para o problema,

²⁷ *lat* “A verdade vence todas as coisas”.

²⁸ Em 1985, a Broadcasting Research Unit, um órgão independente de pesquisa mantido pela BBC, pelo British Film Institute e pela Fundação Marckle de Nova York, publicou no artigo “The Public Service Idea in British Broadcasting – Main Principles”, que o sistema de broadcasting britânico e seus produtos, além de ser, internacionalmente, a principal jóia da coroa cultural britânica, ainda são uma imensa força de prestígio.

²⁹ Assim como foi comentado no capítulo anterior, a pioneira tecnologia do rádio, por se tratar de uma decorrência do telégrafo, quando iniciou seus primeiros passos como um serviço, acabou sendo submetida ao Wireless Telegraphy Act de 1904. Isto porque, desde o início, as comunicações eram consideradas serviços de utilidade pública, com precedentes nos serviços de água e electricidade. Daí, a relação de subordinação dessas recém criadas tecnologias às empresas de Correios no início do século passado. Mais tarde, o controle dos

afirmou Peter Eckerlery, um dos primeiros funcionários da companhia (SEATON APUD LEAL FILHO, 1991, p.18)³⁰, pois dessa forma evitava a proliferação de freqüências, assim como vinha ocorrendo nos EUA, e também estabelecia somente um interlocutor da área de radiodifusão com o governo.

Um comitê das companhias interessadas em atuar no segmento despendeu vários meses discutindo propostas na área e finalmente, em 18 de outubro de 1922, as seis maiores empresas de equipamentos radiofônicos³¹ fundaram em conjunto a então *British Broadcasting Company, Limited*, com caráter privado, mas desde já, exercendo específicas regulamentações de serviço público, como por exemplo, a instalação de uma rede nacional de rádio transmissores que pudesse prover um serviço nacional de radiodifusão.

Em seus cinco anos de gestão privada, a BBC foi alvo de interesses dissidentes, tanto externa, quanto internamente. As pressões externas vinham principalmente das empresas concorrentes às *big-six* que acabaram preteridas no negócio, e dos donos de jornais britânicos, que temiam a perda de espaço e de rentabilidade com uma concorrência de potencial comercial tão poderoso quanto o rádio. Já no âmbito interno, as pressões surgiam justamente das próprias empresas pertencentes ao conglomerado, que disputavam entre si os direitos sobre as patentes do rádio.

Em 1925, uma comissão parlamentar constituída por iniciativa do governo aconselhou que a companhia, então privada, fosse transformada numa corporação pública que operasse de acordo com os interesses nacionais (CRAWFORD COMMITTEE, 1925). Então, em 31 de dezembro de 1926 terminava o casamento entre a iniciativa privada e a BBC. Estatizada através de um decreto real, já no dia seguinte à encampação, a corporação recebia a Carta Real³² e transformava-se na

veículos de comunicação na Grã-Bretanha passou a ser responsabilidade da Casa Civil e, atualmente, do Ministério da Cultura, Mídia e Esportes.

³⁰ SEATON, Jean. *Broadcasting History*. In: CURRAN, J.; SEATON, J.Q. (orgs.). **Power Without Responsibility**. London: Routledge, 1991.

³¹ As *big-six* eram a Marconi Company, a Metropolitan-Vickers, a Western Electric Company, a Radio Communication Company, a General Electric Company e a British Thomson-Houston Company.

³² A Carta Real é o documento oficial formulado pelo parlamento britânico e sancionado pelo soberano da coroa britânica, que estabelece as regulamentações básicas de administração da BBC. São as diretrizes deste documento que determinam que a companhia se submeta a um corpo administrativo, responsável pela administração dos interesses públicos da corporação.

British Broadcasting Corporation, enquanto seu diretor geral, o engenheiro escocês John Charles Walsham Reith, passava a ser o diretor-geral da agora pública companhia de comunicações britânica.

Sir John Reith, como era conhecido, é um capítulo a parte na história das telecomunicações britânicas. É impossível descrever o surgimento da BBC sem relatar a importância deste homem, cuja história na empresa se confunde com a própria história da construção do grupo. Reith ingressou na companhia atendendo a um anúncio publicado nos jornais, depois de ter gerenciado uma fábrica de munições nos EUA durante a última fase da I Guerra. Seaton apud Leal Filho (1991, p.64)³³ diz que ele era “arrogante, mal-humorado e, como a maioria dos megalomaníacos, paranóico e autopiedoso”. “Contudo”, continua Seaton, “foi justamente essa visão próxima do absurdo que permitiu a ele prever o poder do novo serviço”. Conforme Anthony Smith (1995, p.81), “a BBC, em conjunto com a recente mídia do rádio, parecia oferecer a Reith uma oportunidade única para liderar o país, sonho que ele sempre acalentara”. Mas, apesar de seu comportamento excêntrico, o diretor-geral da empresa sempre acreditou que os reais propósitos do rádio estavam no desenvolvimento educacional e moral do público. A BBC, durante sua gestão, aproveitou todas as oportunidades que recebeu para estabelecer padrões culturais e educacionais em seus ouvintes. Reith uma vez escreveu: “nossa responsabilidade é carregar para o maior número de lares o melhor do conhecimento, empenho e realização humana” (SMITH, 1995, p.82). Percebendo a potencialidade do veículo administrado pelo diretor-geral da BBC, a revista inglesa *Public Opinion* publicou em 1924: “Reith tem um poder que nenhum homem teve antes dele, o de entrar em milhões de lares simultaneamente. Não há nenhum poder como esse no mundo” (BRIGGS APUD LEAL FILHO, 1997, p.64)³⁴. Entre suas muitas conquistas no campo administrativo da mídia, John Reith conseguiu estabelecer no governo a idéia de que uma instituição pública de comunicações deveria ser livre de qualquer interferência política, embora ele nunca tivesse permitido que seus comunicadores se afastassem das ortodoxias gerais expressadas pelo Parlamento. Também foi por insistência de Reith, que se manteve

³³ SEATON, Jean. Broadcasting History. In: CURRAN, J.; SEATON, J.Q. (orgs.). **Power Without Responsibility**. London: Routledge, 1991.

³⁴ BRIGGS, Asa. **The BBC: the first fifty years**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

a cobrança por parte dos Correios da licença paga de televisão na Grã-Bretanha. E durante os 16 anos em que esteve à frente da companhia, uma de suas maiores bandeiras foi a intensa luta pela permanência do monopólio da BBC no país.

Em 2 de novembro de 1936, a emissora que é conhecida hoje como *BBC One* tornou-se o primeiro serviço regular de televisão do mundo. Na verdade, as transmissões televisivas na Grã-Bretanha já vinham sendo realizadas de forma experimental desde 1926, quando Lorde Baird fez sua primeira demonstração de transmissão de imagens para a comunidade científica de Londres. Na época da fundação da emissora de televisão britânica, somente pouquíssimos aparelhos localizados na região em torno das antenas instaladas no *Alexandra Palace*, ao norte da capital inglesa, recebiam as precárias transmissões. Provavelmente, porque os primeiros aparelhos televisivos custavam aproximadamente 100 libras esterlinas, ou o equivalente, na ocasião, a um carro de pequeno porte. Embora ainda operasse de forma rudimentar, apenas um ano após sua inauguração a televisão britânica já apresentava seus primeiros grandes eventos televisivos, com um expressivo número de coberturas externas, como a transmissão das solenidades de coroação do rei Jorge VI e do torneio de tênis de Wimbledon daquele ano.

Por volta de 1938, Lorde John Reith estava decidido a pedir demissão da companhia. Entre outros fatores, pesava o fato dele possuir pouco entusiasmo pela televisão, mídia que Reith acabou descrevendo mais tarde como “uma horrível armadilha”. Mas de qualquer forma, assim como acontecera anteriormente com o rádio, o primeiro serviço regular de televisão do mundo superou as expectativas e se desenvolveu rapidamente entre 1936 e 1939, quando o rompimento da II Guerra interrompeu por seis anos as transmissões de televisão na Grã-Bretanha. Durante este período de conseqüências tão amargas para a humanidade, a BBC acabou se consolidando como um dos principais patrimônios do Reino Unido, ao servir como uma ferramenta de união entre as tropas, o povo e os líderes do país.

Embora tenha sido através dos microfones da companhia que a população britânica ficou sabendo do ingresso da Grã-Bretanha na guerra, ouviu os apelos para alistamento nos serviços de emergência criados para manter o país em funcionamento, acompanhou os relatos dos correspondentes que descreviam o

desempenho das tropas nos campos de batalha, emocionou-se com os discursos inflamados do primeiro-ministro Winston Churchill que tentavam manter a coesão imprescindível e decisiva do povo, e principalmente, vibrou com o anúncio da rendição incondicional das tropas inimigas, marcando o fim da guerra, nos primeiros anos do conflito a situação não fora tão tranqüila para a empresa. Entre 1939 e 1940, pesquisas encomendadas pela própria BBC mostraram que a população britânica não acreditava na emissora. Segundo Leal Filho (1997, p.68), “a explicação para isto é dada pela percepção que o público tinha da total submissão do rádio ao governo”. Então, para reverter o descrédito e desinteresse do público, o governo e a nova direção da companhia³⁵ trataram de popularizar a programação da BBC para que os ouvintes voltassem a acompanhar o veículo³⁶. O governo estava certo de que os apelos para mobilização nacional e alistamento militar e social não teriam resultados positivos se o rádio não conquistasse a confiança do público. Então, foram incentivadas mudanças radicais na companhia pública de telecomunicações. “A BBC deixa de ser uma tribuna de exortações ao patriotismo e à luta, tornando-se cada vez mais sensível ao gosto popular”. (LEAL FILHO,1997 p.68).

Apenas poucos meses após o início das mudanças de estilo, nos quais a BBC passou a produzir um noticiário que não era mais apenas constituído de boletins oficiais e propaganda militar, a audiência passou a crescer significativamente, ajudando o rádio a desempenhar um papel estratégico na guerra. “A companhia saiu da II Guerra não só como um símbolo da vitória, mas com o status de uma participação ativa no conflito. Foi o momento, em toda a história da emissora, em que ela mais se identificou com as aspirações da nação”. (LEAL FILHO,1997, p.69)

Em 7 de junho de 1946, a televisão voltava a funcionar na Inglaterra e, enquanto o rádio mantinha a glória dos dias de guerra, a televisão passava a receber uma série de críticas:

³⁵ John Reith, diretor-geral da BBC desde sua estatização, havia se afastado da empresa em 1938, após 16 anos no comando da companhia.

³⁶ Nas mesmas pesquisas que apontaram o descrédito e o desinteresse do público em relação ao rádio no início da II Guerra, 10% da população afirmou que nem sequer ouvia as transmissões.

Com o final da II Guerra, iniciaram-se na Grã-Bretanha críticas relativas ao excessivo poder da televisão, que apresentava uma programação uniforme, impondo padrões culturais e lingüísticos a regiões distintas como o País de Gales e a Escócia. (LEAL FILHO, 1997, p. 48)

Dessa forma, iniciou-se uma campanha pela quebra do monopólio da BBC. Mas, nessa época, a discussão estava só iniciando. A polêmica pela abertura do mercado de comunicações prometia ser bastante acirrada, considerando-se o número de pessoas que defendiam intensamente a manutenção do direito de exclusividade da companhia nos meios de comunicação.

Depois de anos de sofrimento, o mundo assistia no final da década de 40 a vida voltar à rotina. E entre os esforços para reconstruir o país e os debates em torno da abertura da radiodifusão, os ingleses encontraram tempo para sediar, em 1948, os XIV Jogos Olímpicos, em Londres. Foram necessários 12 meses de planejamento para realizar as transmissões do primeiro grande evento esportivo depois do final da guerra. Um cabo foi estendido na capital inglesa da sede da BBC até o Estádio de Wembley e duas unidades móveis novas foram trazidas para a realização da cobertura do acontecimento mundial. A cobertura da Olimpíada se tornou o evento televisivo mais ambicioso da história até então, e ajudou a remover um pouco da implicância dos britânicos com o veículo. Em 1953, uma outra importante cobertura televisiva acaba fazendo com que a televisão conquiste de vez o Reino Unido. Com uma audiência estimada em 20 milhões de pessoas na Grã-Bretanha, a BBC transmite ao vivo a coroação da rainha Elizabeth II diretamente da abadia de Westminster, em Londres. E pela primeira vez no país, a audiência da televisão ultrapassava a audiência do rádio. O fato tornou-se um divisor de águas, pois, a partir daí, com o crescimento exponencial da audiência televisiva, a Grã-Bretanha ingressaria definitivamente na era da televisão.

Enquanto o veículo se consolidava junto ao público, a vitória dos conservadores nas eleições gerais de 1951 e a conseqüente nomeação de Winston Churchill para o cargo de primeiro-ministro passou a pressionar a abertura da televisão para o mercado. Decidido a quebrar o monopólio da BBC, apenas seis meses depois de ter assumido o poder, o governo enviou ao Parlamento sugestões de mudanças radicais no setor das comunicações.

A principal proposta do governo é a criação de um órgão gestor para uma nova empresa de televisão, que seria constituída na forma de uma corporação pública, que além de proprietária e operadora dos transmissores, teria a tarefa de supervisionar a programação e a publicidade do veículo. (LEAL FILHO, 1997, p. 49)

A promulgação dessa lei pelo Parlamento, em 1954, cria a *Independent Television Network* (ITV), subordinada a *Independent Television Authority* (ITA)³⁷, iniciando a era do duopólio da mídia no Reino Unido, onde o modelo público e privado de comunicações passam a conviver juntos, numa experiência, até então, inédita no mundo. Com o passar dos anos, a concorrência entre a BBC e a ITV, que tantos receios havia causado nos defensores do monopólio, passa a fazer com que a qualidade da televisão no país aumente significativamente. Um dos motivos, além da busca pela audiência, é a disputa que se instaura entre ambas emissoras para contar com os melhores profissionais existentes no mercado. “A BBC sobreviveu às pressões da década de 50 mudando e se adequando às novas demandas da sociedade”, observou Burns apud Leal Filho (1997, p.71)³⁸. Na verdade, o estilo austero de Reith não havia sido totalmente abandonado, mas, agora, abriam-se novas janelas na emissora, com a criação de programas que procuravam refletir o atual contexto da cultura britânica, principalmente na música, na dramaturgia, nos documentários e nos programas de humor.

Os anos 60 foram uma época de prosperidade e fartura para a mídia britânica. Surpreendendo até mesmo as expectativas mais otimistas, a convivência entre a BBC e a ITV se tornava cada vez mais harmoniosa. E uma das justificativas mais relevantes para esse relacionamento bem sucedido era o fato de nenhuma das duas empresas concorrerem entre si por recursos. Tanto a BBC, quanto a ITV, possuíam distintas fontes de renda³⁹. As programações também começavam a viver anos dourados. Com a nomeação, em 1960, de Sir Hugh Carleton Greene para o cargo de diretor-geral da BBC, a companhia tentou se aproximar mais ainda do gosto popular. Durante os mais de nove anos em que liderou a empresa, Greene procurou encorajar seus produtores a refletirem na televisão as mudanças de atitude

³⁷ A ITA é um órgão público britânico que, em 1954, recebe a incumbência de gerenciar e supervisionar o sistema comercial de televisão recém implantado no país. Em 1972, o órgão é transformado na Independent Broadcasting Authority (IBA) e a partir de 1990, na Independent Television Commission (ITC).

³⁸ BURNS, T. **The BBC: public institution and private world - studies in cultural history**. London: British Film Institute, 1977. p. 443.

da sociedade que começavam a marcar a nova década. Esta também foi uma era de expansão para a BBC, que, em 1964, inaugurava seu segundo canal de televisão, a *BBC Two*, com o objetivo principal de oferecer mais alternativas de programação ao telespectador britânico. Em 1967, durante o primeiro dia de transmissões do Torneio de Tênis de Wimbledon, os telespectadores da BBC 2 ficaram surpresos quando a grama da quadra transformou-se, inesperadamente, de cinza em verde. Era a primeira transmissão televisiva regular em cores na Europa. Por volta da metade de 1968, praticamente todos os programas transmitidos pela *BBC Two* já eram coloridos. Seis meses depois, a *BBC One* também aderiu à nova tecnologia.

O fato mais marcante da década 70 na mídia britânica não é produzido pelas companhias de comunicação, mas sim, pelo Parlamento. Em 1977, um relatório publicado pelo Comitê Annan abre uma ampla discussão em torno da televisão britânica. Ao mesmo tempo em que o documento reafirmava a necessidade da manutenção da licença paga e da autonomia de gestão da BBC, também acusava a emissora de falta de coragem. Mais precisamente, ao final do relatório, a comissão sugeria a criação de um quarto canal de televisão na Grã-Bretanha. Em 1980, a proposição do Parlamento é concretizada, com o estabelecimento do *Channel Four*, voltado para projetos experimentais e para públicos minoritários. “Ele foi criado como corporação pública, mantido por um engenhoso mecanismo⁴⁰ elaborado para garantir sua sobrevivência sem ter de depender dos índices de audiência para obter publicidade” (LEAL FILHO, 1997 p. 39).

A onda liberalizante da década de 80, na Grã-Bretanha, liderada pela administração conservadora da primeira-ministra Margareth Thatcher, a Dama de Ferro, quase encerrou a bem sucedida presença da televisão pública no país. Possivelmente, este é o período de toda a história da companhia em que ela esteve em maior perigo de perder as características que a diferenciam em todo o mundo. Aproveitando-se da angustia causada em todo o Reino Unido em decorrência da

³⁹ A BBC se sustentava com as licenças pagas de televisão e rádio e a ITV se mantinha da exclusividade nas vendas de publicidade no país.

⁴⁰ Na concepção do quarto canal de televisão britânico, a ITC, órgão regulador das companhias comerciais de comunicação da Grã-Bretanha, estabeleceu que uma percentagem do valor pago como licença pelas emissoras comerciais que operavam a ITV seria utilizado para manter o *Channel Four*. No entanto, o Broadcasting Act de 1990 modificou o sistema de capitalização de renda da emissora. Conforme os artigos dispostos no decreto real, o Canal 4 passou a possuir autorização para comercializar sua própria propaganda.

recessão econômica, da inflação crescente e do sistema previdenciário à beira da bancarrota, Thatcher desenvolveu um programa de privatizações que atingiu quase todos os segmentos da estrutura pública britânica. A voracidade do governo não deixou de atentar contra o gigantesco organismo de comunicações público britânico personificado pela BBC. A forma adotada na nova investida para introduzir mecanismos comerciais no funcionamento da empresa foi a constituição de uma comissão no Parlamento, batizada de Comissão Peacock, que tinha como objetivo “[...] analisar a possibilidade de mudança ou suplementação da fonte de financiamento da BBC, a licença paga pelos telespectadores, por formas de propaganda ou apoio comercial” (NOSSITER APUD LEAL FILHO, 1997, p.73)⁴¹. Ironicamente, as conclusões produzidas pela comissão acabaram indo contra os interesses governamentais.

Após análises na companhia e no mercado das comunicações, a Comissão Peacock concluiu pela necessidade da manutenção da licença paga pelos telespectadores como forma única de financiamento da BBC. A empresa é preservada da publicidade, mas, estimulada a diversificar outras áreas passíveis de comercialização, como as programações internacionais via satélite. (LEAL FILHO, 1997, p. 73)

A partir deste momento, com o relatório da comissão aconselhando a defesa do modelo público de comunicações sustentado exclusivamente pelos telespectadores, a BBC acabou sendo retirada, pelo menos temporariamente, da mira dos liberais.

Mas, nem só de pressões políticas viveu a companhia durante os anos 80. Na mesma década em que se iniciaram os primeiros serviços de transmissões de imagens via satélite, o mundo parou para assistir através das lentes da BBC a concretização de um conto de fadas, na cerimônia de casamento do príncipe de Gales, Charles, com a plebéia Diana Spencer, acontecimento que acabou sendo considerado o casamento do século. Também é nessa década que a BBC decide concentrar todas suas pequenas atividades comerciais numa única organização, a *BBC Enterprise Ltd.*, encarregada exclusivamente da comercialização dos produtos da companhia. Esta empresa acaba sendo a antecessora da *BBC Worldwide*, atual

⁴¹ NOSSITER, T. J. *British Television: a mixed economy*. In: BLUMER, Jay G.; NOSSITER, T. J. **Broadcasting Finance in Transition**. Oxford; Nova York: Orford University Press, 1991. p. 95-143.

responsável pelas vendas de programas, vídeos, documentários, livros e revistas da companhia de comunicações britânica pelo mundo.

Da segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, o mundo viveu um intenso processo de reestruturação. Com a introdução das doutrinas da *Glasnot* e da *Perestroika*⁴², instaurada pelo presidente soviético Michail Gorbachev, a partir de 1985 começam a emanar as primeiras transformações no quadro político internacional. Na verdade, os dois processos estreitamente ligados visavam reduzir a ineficiência e a corrupção na antiga URSS e incentivar a liberalização política do regime. Porém, o acontecimento acaba desencadeando um verdadeiro efeito dominó nos territórios até então sob domínio do regime soviético, que, em poucos anos, acarretaria na dissolução da unidade federativa da União Soviética, na secessão das repúblicas bálticas, na queda do muro de Berlim, e na formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Envolto nesta onda de mudanças políticas e sociais, iniciam-se os anos 90, uma época de profundas inovações e transformações para a BBC. A chegada da tecnologia digital e da internet marcaram uma nova era nas comunicações. A rápida diversificação no mercado da mídia, combinada com o queda na quantidade de licenças pagas de televisão, praticamente inviabilizou o orçamento da BBC nos primeiros anos da década. Em busca da sobrevivência, os dirigentes da companhia partem para um período de grandes mudanças. Lorde Michael Checkland, diretor-geral de 1987 a 1993 e seu sucessor John Birt, introduziram uma série de políticas reestruturantes na empresa, aplicando algumas medidas dolorosas para tentar aumentar a sua eficiência. É nesse momento, que é anunciado pelo Parlamento o *Broadcasting Act* de 1990, determinando transformações expressivas na companhia, como redução no quadro de funcionários, diminuição dos custos operacionais de produção e revogação de contratos que asseguravam direitos de transmissão de 10 eventos esportivos nacionais. Todas essas medidas visavam fazer com que a BBC se tornasse mais competitiva no disputado mercado das comunicações. Essas mudanças, segundo o próprio site institucional da organização (BBC Homepage,

⁴² Designação dos processos de “abertura” e “reestruturação” que não só representaram grandes mudanças na sociedade soviética, como também alteraram o quadro mundial de equilíbrio de poder entre o Ocidente e o Oriente. (NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA, 2005)

2005), foram as mais radicais na história da empresa em termos de arrocho estrutural. Um dos carro-chefes destas transformações, a Escolha de Produção, introduziu a política da terceirização de produções. A resolução determinava que um quarto de todos os programas das emissoras controladas pela organização tinham que passar a ser produzidos por produtoras independentes. Embora a medida tenha sido bastante impopular entre muitos dos colaboradores, ela, além oferecer maior rentabilidade, ajudou a fazer com que as finanças da BBC se tornassem mais transparentes.

Durante a administração de John Birt como diretor-geral da companhia, uma controversa reestruturação que tentava adequar a empresa às determinações administrativas do *Broadcasting Act* de 1990, separou a BBC em duas divisões: a BBC Comunicações, responsável pela terceirização de programas, e a BBC Produções, encarregada da produção dos programas realizados pela própria emissora. Embora, algumas dessas reformas tenham sido reavaliadas após a saída de John Birt da companhia, suas estratégias de comunicação digital e internet criaram as bases da atual gestão da BBC na era digital.

E mesmo entre tantas transformações estruturais, a BBC não deixou de crescer na década de 90. Em outubro de 1991, foi lançado o canal internacional de notícias e informações da companhia, o *BBC World*. Diferentemente de seus empreendimentos em território britânico, esse novo segmento da empresa surgiu de uma parceria com a iniciativa privada. Fundado em bases comerciais, o canal internacional da instituição é sustentado pela publicidade, fato que impossibilita a sua transmissão dentro da Grã-Bretanha. Em 1998, cada vez mais integrados com as tecnologias digitais, os canais domésticos de televisão da BBC tornam-se disponíveis no sistema digital de satélite da Sky, possibilitando pela primeira vez, que os demais países do continente europeu acompanhassem os canais BBC 1 e BBC 2.

O novo século irrompeu com a companhia tomando frente aos avanços tecnológicos introduzidos pela tecnologia digital e pela internet. Em 2001, o secretário da Cultura, Mídia e Esportes da Grã-Bretanha acendeu a luz verde para o lançamento de novos serviços de comunicação no país, ao autorizar a BBC a criar

três canais digitais de televisão e cinco emissoras digitais de rádio. No mesmo ano, a organização tornou a cobertura televisiva do Torneio de Tênis de Wimbledon num marco da tecnologia digital no Reino Unido. Durante as transmissões do evento esportivo, em experiência inédita, os telespectadores britânicos puderam escolher na tela da televisão, através de um mosaico que oferecia a opção de diferentes partidas realizadas simultaneamente, qual eles desejavam assistir. Com o recurso, mais de 4 milhões de pessoas puderam selecionar, elas mesmas, as câmeras e as quadras de sua preferência entre as cinco opções disponibilizadas em tempo real. Hoje em dia, os telespectadores da BBC têm a possibilidade de receber gratuitamente todos os oito canais digitais de televisão da organização através de três diferentes formas: via satélite, via ondas de rádio ou por cabo.

Por volta de 2002, a *BBC Worldwide*, segmento responsável pela comercialização de produtos da companhia, estava retornando mais de £ 100 milhões⁴³ por ano aos cofres da organização. Esse dinheiro, captado com a venda de programas produzidos pela BBC, acaba sempre sendo investido na produção de novos programas. Um bom exemplo do alcance dos programas produzidos pela empresa é o programa infantil *Teletubbies*, que se tornou sucesso de público internacionalmente, tendo sido vendido para 120 países e traduzido para 45 idiomas. Atualmente, os canais internacionais da BBC são exibidos em mais de 450 milhões de lares ao redor do mundo. Outro braço da companhia que ganhou corpo e força nessa primeira década do novo milênio foi a *BBC On line*, segmento de serviços de internet, oficialmente inaugurado em 1997. O website da BBC é um complexo meio de comunicação, que abrange conteúdo, pesquisa, entretenimento e informações institucionais. Sua versatilidade permite que a empresa produza seções complementares a vários de seus veículos, além de permitir que os internautas assistam alguns serviços de televisão da emissora e acompanhem à programação de rádio, disponível em 43 idiomas.

Enfim, a BBC de Londres resiste ao tempo. Sobrevive às crises, guerras, pressões e inovações tecnológicas. Cria comportamentos e tendências. Diverte. Emociona e informa. Testemunha ocular dos principais acontecimentos das últimas

⁴³ Equivalente em 04/06/2005 a US\$ 181 milhões.

oito décadas, mantém um sentimento de cumplicidade com o povo britânico, que carinhosamente a chama de “tia”.

3.2 A Estrutura da Companhia

É difícil precisar o tamanho da mega organização pública de comunicações do Reino Unido. Fundada inicialmente somente para operar emissoras de rádio, hoje em dia, a *British Broadcasting Corporation* abrange quase todos os segmentos da mídia, operando uma complexa rede de empresas e subunidades. As 16 divisões da BBC produzem ou terceirizam todos os produtos da organização. Fragmentando-se o conglomerado, encontramos basicamente quatro áreas de atuação: o rádio, a televisão, a internet e o comércio de produtos e programas ligados ao grupo. Segundo o relatório anual de desempenho da companhia de 2003, 98% da população britânica confirmou utilizar os serviços e programações disponibilizadas pelo grupo.

O segmento de televisão da BBC atualmente é compreendido por 24 canais, sendo 14 administrados exclusivamente pela organização, e 10 operados em associação com outras empresas. Embora ainda trabalhe com o tradicional sistema analógico de transmissões, a companhia britânica de comunicações é uma das pioneiras da tecnologia digital de televisão no mundo, oferecendo aos seus telespectadores uma ampla faixa de opções de recepção no novo sistema. Seus dois principais canais domésticos são a BBC 1 e a BBC 2, que oferecem um número maior de opções de recepção para os telespectadores britânicos, estando disponíveis através do sistema aberto de ondas curtas⁴⁴, sistema digital, sistema a cabo e também via satélite. Nos últimos três anos, o avanço da tecnologia digital fez surgir na Grã-Bretanha novos canais, oferecidos através de recursos como o DTT⁴⁵ ou o freeview⁴⁶. Os canais BBC 3, BBC 4⁴⁷, o canal de notícias *BBC News 24*, os

⁴⁴ Sistema pioneiro de transmissões de som e imagem, também conhecido como analógico, em que as informações são transmitidas a receptores terrestres através das ondas de rádio existentes na ionosfera.

⁴⁵ O Digital Terrestrial Television (DTT) é uma implementação da tecnologia digital que provê um maior número de canais, com melhor qualidade de imagem e som através de uma antena aérea convencional, ao invés de um disco de satélite ou conexão por cabo.

⁴⁶ Freeview é um sistema aberto de transmissão digital de televisão disponível na Grã-Bretanha através de transmissores terrestres que utilizam o padrão DVB-T. Diferentemente dos sistemas a cabo ou via satélite, o freeview disponibiliza gratuitamente imagens digitais para todas as pessoas que possuam o aparelho de recepção adequado ao sistema, sem a necessidade de assinatura ou pay-per-view. A única taxa incidida sobre o

canais infantis CBBC e Cbeebies, e o canal dedicado à política, *BBC Parliament*, que cobre eventos ocorridos no parlamento britânico, são oferecidos gratuitamente a partir destes sistemas digitais, ou então, através dos sistemas pagos de transmissão por cabo ou satélite.

Cada um dos cinco canais internacionais de televisão operados diretamente pela da BBC, fundados em parceria com empresas privadas, são responsáveis pela cobertura de diferentes regiões do globo terrestre. O canal *BBC Prime* transmite somente para o continente europeu, exceto a Grã-Bretanha. A BBC América é a encarregada de transmitir nos EUA, enquanto a BBC Canadá cobre o extremo norte do continente americano. A *BBC Food*, um canal inteiramente dedicado a assuntos culinários, é transmitida somente no sul do continente africano e na região da Escandinávia, na Europa. A corporação também possui um canal exclusivo para os telespectadores nipônicos, a BBC Japão, disponível via satélite no Oriente, com vários programas legendados em japonês. Essa rede de canais internacionais também é integrada pelo canal dirigido para crianças *BBC Kids*, uma parceria entre a *BBC Worldwide* e a rede de televisão canadense *Alliance Atlantis*. O principal produto desse braço do grupo é o canal internacional *BBC World*, produzido em Londres e distribuído via satélite ou por cabo para praticamente todo o mundo. Além do noticiário *BBC News*, a emissora possui documentários, programas de comportamento e entrevistas e, em determinados países, alguns programas locais. Na Europa, a *BBC World* concorre com o canal via satélite *Sky News*, e internacionalmente, com o canal americano *CNN Internacional*.

E, finalmente, existem os canais operados pela *BBC Worldwide* em associação com outras organizações. Nessa *joint venture*⁴⁸, a organização é sócia dos canais *Animal Planet* e *People+Arts*, em parceria com a *Discovery Communications Inc*, e da rede de emissora *UKTV*, em sociedade com a *Flextech Television*, pela qual são transmitidos os canais *UK Gold*, *UK Food*, *UK Style*, *UK*

telespectador é a TV Licence, a mesma cobrada anualmente para garantir o direito de possuir um aparelho de televisão em casa.

⁴⁷ Os canais BBC 3 e BBC 4, também são conhecidos como *BBC Choice* e *BBC Knowledge*, respectivamente.

⁴⁸ Investimento em que duas ou mais empresas cooperam entre si para administrar um projeto conjuntamente. Frequentemente, os sócios constituem uma terceira empresa em sociedade para operar o negócio.

Horizons, UK Drama, UK History, UK Bright Ideas e *UKTV Austrália*, essa última em parceria com a *FOXTEL* e a *Fremantle Media*.

No segmento do rádio, a BBC possui uma ampla e diversificada rede de emissoras que tenta satisfazer o maior número possível de gostos, estilos, culturas e regiões da Grã-Bretanha. Desse universo de rádios⁴⁹, cinco delas têm abrangência nacional, cobrindo o território da Grã-Bretanha através de ondas curtas e tecnologia DTT. Um outro grupo de seis emissoras cobre os interesses de regiões específicas do Reino Unido, como País de Gales e Escócia, sendo, inclusive, duas delas transmitidas exclusivamente em galês⁵⁰ e galês escocês⁵¹, dialetos locais desses países. As 39 emissoras de caráter local da organização são responsáveis por cobrir 11 diferentes regiões da Inglaterra, incluindo a Capital. Um dos nomes com maior reconhecimento entre os veículos de comunicação internacionais do grupo é a rádio noticiosa *BBC World Service*, transmitida em 43 idiomas. Esta é considerada a rádio de notícias mais importante do mundo, principalmente, por primar pela imparcialidade na divulgação de notícias e informações. Em muitos países do globo, os serviços da *BBC World Service* são considerados as únicas fontes confiáveis de notícias, livres de manipulações por parte dos governos locais. A estação, além de ser transmitida por ondas curtas para a Europa, EUA, Canadá e Singapura, é facilmente acessada via satélite ou pela internet.

Embora recente se comparado à televisão e ao rádio, o segmento de internet da BBC é atualmente uma das principais ferramentas do grupo. Acessada através do endereço eletrônico www.bbc.co.uk, a BBCi oferece por meio de uma infinidade de links e páginas, um completo portal de notícias, entretenimento e pesquisas, além de auxiliar na divulgação e acessibilidade de outros veículos da companhia. Seus links relacionados podem redirecionar os internautas a todos os segmentos da organização, a partir de um simples clique. Sua interatividade tem motivado os produtores de alguns veículos da empresa, como o rádio e a televisão, a complementar seus produtos na internet. Outra facilidade encontrada pelos usuários da BBCi é a possibilidade de acessar alguns programas de rádio e televisão do

⁴⁹ Ver em anexo a lista completa das rádios do grupo BBC.

⁵⁰ Uma língua céltica falada por parte da população do País de Gales.

⁵¹ Variação do galês falado em certas regiões da Escócia.

grupo, a partir de qualquer computador do mundo em que exista uma conexão à internet. Enfim, baseado em seu desempenho cada vez mais crescente, o mercado da internet, ao lado da tecnologia digital, é um dos ramos mais promissores da corporação.

Outro campo de atuação importante na estrutura da companhia é representado principalmente pela *BBC Worldwide Limited*, subsidiária responsável⁵² pela exploração comercial dos programas e produtos produzidos pela organização. Atualmente, a unidade opera um significativo número de atividades comerciais vinculadas ao grupo, além de controlar os investimentos em filmes, produções televisivas e a comercialização de direitos autorais pertencentes à companhia. Todas as emissoras internacionais associadas à organização são diretamente operadas por esse segmento comercial, que também mantém o respeitável braço gráfico da empresa, considerado o terceiro maior grupo editorial de revistas na Grã-Bretanha (BBC WORLD WIDE, 2005). Outras importantes áreas de atuação da *BBC Worldwide* incluem a comercialização de canais domésticos e internacionais de sistema a cabo e satélite, publicação de livros, vídeos para educação e ensino, multimídia e monitoramento de mídias. Todos os recursos produzidos a partir das operações comerciais administradas pela subsidiária comercial da BBC são reinvestidos nos veículos públicos da companhia para a produção de novos programas. No entanto, a corporação vem sendo criticada nos últimos anos pelo substancial rendimento financeiro de sua unidade comercial. Inclusive, algumas empresas concorrentes têm protestado a respeito das enormes vantagens que a *BBC Worldwide* dispõe por ser uma das empresas do conglomerado público de comunicações britânico.

⁵² Na verdade, várias subsidiárias da companhia são responsáveis pela comercialização dos produtos e serviços da BBC. Além da *BBC Worldwide Limited*, a mais importante e renomada das empresas comerciais do grupo, também atuam nesse segmento a *BBC Ventures Group Limited*, a *BBC Resources*, a *BBC Technology*, a *BBC Broadcast*, a *BBC Monitoring*, a *BBC Research Central*, a *BBC International Unit*, a *BBC Training & Development* e a *beeb.net*, um provedor de acesso à internet.

3.3 O Estatuto

Quando em 1927, a *British Broadcasting Corporation* foi encampada e recebeu sua primeira Carta Real⁵³, tornando-se a *British Broadcasting Company*, esse documento passou a definir os objetivos, poderes e obrigações da nova empresa. Esse é o instrumento legal básico (*primary constituent instrument*), válido⁵⁴ pelo período de 10 anos, que norteia seu funcionamento e estabelece sua relação com o Estado.

Na Grã-Bretanha, o *broadcasting* não está sujeito às leis gerais do país. Os casos conflituosos não vão para os tribunais, como ocorre em outros países. As pendências sobre a estrutura e o controle do rádio e da televisão são debatidas vigorosamente através da mídia e no Parlamento, para depois serem resolvidas politicamente. (BARENDT APUD LEAL FILHO, 1997, p.61)⁵⁵

A atual Carta Real, a sétima desde a estatização da BBC, é válida até 31 de dezembro de 2006. Esse freqüente processo de renovação se mostra importante porque além de ser uma oportunidade de o Parlamento e o público avaliarem se a corporação está oferecendo aos seus telespectadores e ouvintes o que eles realmente necessitam e desejam, provendo genuinamente um serviço público, ele ainda observa todos os aspectos de funcionamento e produção da companhia, servindo como uma espécie de auditoria.

O processo natural para a renovação do documento é, antecipadamente, o governo enviar ao Parlamento um *Green Paper*, um documento inicial de discussões, aberto a sugestões e emendas por parte de pessoas e grupos interessados do país. Esse é um período bastante suscetível às pressões populares. Cada vez que se aproxima a data de renovação de uma Carta Real, a sociedade britânica agita-se em torno das reivindicações de mudanças na companhia. Inclusive, existem grupos que se organizam exclusivamente para lutar por maior liberdade e independência editorial das emissoras da corporação em relação ao governo, maior presença das minorias, maior regionalização das programações,

⁵³ No Reino Unido e no Canadá, a Carta Real é um documento concedido pelo soberano do Estado que dá status especial a uma corporação.

⁵⁴ Ao final do prazo de validade do termo, o documento pode ser renovado por novo período de 10 anos, quantas vezes as partes tiverem interesse.

entre outras solicitações. A BBC recentemente, em consequência da aproximação do vencimento de sua atual Carta Real, em 2006, já enviou propostas de mudanças nas suas formas de controle. Entre as sugestões enviadas ao Parlamento pela empresa, estão medidas que pretendem aumentar a distância entre seu corpo administrativo e a diretoria executiva da companhia. Se as propostas de um *Green Paper* amadurecem, elas podem resultar na elaboração de um *White Paper*, uma espécie de proposta de lei sujeita a alterações, que sugere modificações no estatuto da companhia.

Somente depois da elaboração e discussão de um *Green Paper* e, posteriormente, de um *White Paper* é que é redigido o projeto de lei a ser enviado ao Parlamento. Lá, ele passa por duas leituras em cada uma das câmaras (dos lordes e dos comuns) e pelas comissões temáticas, antes de ser submetido à votação. Depois de aprovado, recebe o assentamento real, tornando-se lei como ato do Parlamento. (LEAL FILHO, 1997, p. 43)

Através desse complexo mecanismo legislativo ocorreram as principais transformações na estrutura da organização durante sua história. A quebra do monopólio, a quebra do duopólio, a manutenção do seu caráter público e a autorização para atuar no exterior são algumas das implicações decorrentes desse processo.

Agregada à Carta Real está a Licença e Contrato (*Licence e Agreement*), o segundo instrumento na hierarquia da companhia, firmada entre a emissora e o ministério⁵⁶ que controla os assuntos relativos às comunicações no Reino Unido, para tratar das questões legais envolvendo a administração da organização. É essa mesma licença que reconhece a independência editorial da BBC e destaca as suas obrigações como empresa de caráter público.

Entre as determinações deste documento, se destacam a proibição de que a BBC expresse a sua própria opinião sobre a atualidade política ou sobre questões sociais e receba recursos de publicidade ou de apoios comerciais. É também por meio dessa licença que o governo tem poderes legais para exercer formas de censura em determinados momentos. (LEAL FILHO, 1997, p. 66)

⁵⁵ BARENDT, Eric. **Broadcasting Law: a comparative study**. Oxford; New York: *Orford University Press*, 1993. Cap. 2.

⁵⁶ Atualmente, o ministério encarregado pelos assuntos relativos às comunicações é a Secretaria de Estado para a Cultura, Mídia e Esportes.

Como já citado no primeiro capítulo, o exercício das comunicações na Grã-Bretanha é uma concessão pública. Portanto, assim como em outros serviços fundamentais à população como luz, telefonia e correios, o Estado desenvolveu alguns mecanismos de supervisão junto a BBC. A partir da promulgação do *The Office for Communications Act 2003*⁵⁷, os órgãos regulatórios das comunicações na Grã-Bretanha foram absorvidos em uma nova estrutura controlada por uma instituição equivalente no Brasil ao Ministério das Comunicações, o *Office of Communications* (OFCOM⁵⁸). Esse novo organismo federal britânico substituiu as antigas atribuições da Comissão Independente de Televisão, da Autoridade do Rádio, do Ministério das Telecomunicações, da Agência de Comunicações do Rádio e da Comissão de Padrão das Comunicações no controle e regulamentação dos veículos de comunicações no Reino Unido, sendo diretamente subordinado ao Parlamento, que para evitar interferências do governo-do-dia na gestão da companhia, foi inserido no centro do processo de controle da organização. Após a criação desse novo órgão regulador, a BBC passou a ser a única emissora controlada e fiscalizada pelos seus próprios diretores, indicados pelo governo. As demais são controladas diretamente pelo OFCOM, que é encarregado de fiscalizar até mesmo a qualidade do conteúdo dos demais veículos de radiodifusão do país.

3.4 O Organograma

Para gerir a *British Broadcasting Corporation*, além das preocupações ligadas ao estatuto da empresa, o poder público britânico tomou medidas preventivas na organização administrativa da companhia, para que ela respondesse eficientemente e confiavelmente aos interesses públicos. Então, além de uma tradicional estrutura executiva, a BBC conta com um corpo de 12 governadores⁵⁹ com mandato de quatro anos, indicados pelos ministros de Estado e apontados oficialmente pela rainha. Esses governadores atuam como representantes dos interesses dos

⁵⁷ Emenda de lei retroativa a Licença e Contrato de 25 de janeiro de 1996, promulgada em 4 de dezembro de 2003, com a concordância do secretário de Estado da Cultura, Mídia e Esportes e dos representantes da *British Broadcasting Corporation*.

⁵⁸ A OFCOM, criada em 2003, regula alguns aspectos da BBC. Por exemplo, a empresa tem que obedecer à lei pelos padrões e códigos de conduta do Ministério das Comunicações (exceto no que se trata às obrigações de exatidão e imparcialidade, as quais permanecem sob exclusiva responsabilidade dos governadores).

telespectadores, ouvintes, internautas e consumidores britânicos na empresa, respondendo pelo monitoramento do estatuto do grupo e zelando para que a corporação mantenha sua independência administrativa e editorial. Seus membros não são necessariamente executivos de carreira, mas sim, pessoas que tenham se destacado na sociedade britânica através de suas atividades profissionais ou sociais. Anualmente, no mês de julho, os governadores publicam o relatório de desempenho de cada divisão da corporação, o qual avalia a performance alcançada, em comparação com as metas traçadas pela companhia no ano anterior. Esse corpo representativo não exerce as funções administrativas triviais de uma corporação, atividades que são delegadas à diretoria executiva do grupo. Algumas das atribuições dos governadores é a determinação da remuneração dos integrantes da diretoria da organização, aprovação de estratégias e políticas internas, estabelecimento de objetivos e o monitoramento da performances da rede pública.

Outra importante função dos governadores é apontar o diretor-geral da companhia, o qual possui status de presidente-executivo, encarregado de administrar o dia-a-dia das 16 divisões da empresa de acordo com as políticas internas da corporação. Além de ser o chefe-executivo da organização, o diretor-geral ainda acumula as responsabilidades de editor-chefe de todos os veículos de comunicação da BBC. E conjuntamente com os governadores, é o responsável por escolher os nove membros da diretoria executiva que irão auxiliá-lo nas funções administrativas do grupo. Os departamentos de criação, jornalismo e comercialização da empresa se reportam diretamente a essa diretoria, que por sua vez, responde diretamente à comissão de governadores.

De forma a acompanhar os interesses e necessidades dos telespectadores e ouvintes da companhia, foram criados seis conselhos de consultores de comunicação, que trabalham como conselheiros públicos, representando as distintas regiões do país e alguns interesses específicos. Os governadores apontados como representantes nacionais da Irlanda do Norte, da Escócia e do País de Gales acumulam as suas funções a presidência de conselhos de comunicações que

⁵⁹ Entre os 12 integrantes do Conselho Administrativo da BBC estão um presidente e um vice-presidente do corpo de governadores, um governador nacional representante das regiões da Inglaterra, um governador nacional da Irlanda do Norte, um governador nacional da Escócia e um governador nacional do País de Gales.

representam os interesses desses territórios. O governador responsável pelas 12 regiões da Inglaterra também preside o Fórum Nacional Inglês, um grupo de conselheiros independentes que se encontram quinzenalmente com representantes da BBC para relatar sobre a performance de programas e serviços de abrangência nacional e regional. Há também o conselho das centrais religiosas, que com seus 16 membros representam as diferentes comunidades religiosas do país e aconselham tanto a corporação, quanto o OFCOM, sobre a diversidade religiosa apresentada nas programações da empresa. O sexto grupo de conselheiros, presidido pelo governador de assuntos internacionais, transmite aos governadores uma visão independente da amplitude e qualidade dos produtos oferecidos pela *BBC World Service* e da *BBC World*. Enfim, de modo geral, esses conselhos tentam ajudar os governadores a assegurarem que a corporação reflita em sua programação as necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais que constituem a audiência britânica.

Embora não seja parte integrante da organização, o Parlamento britânico exerce uma função chave na companhia pública de comunicações do Reino Unido. Localizado no centro das decisões da empresa, é ele que aprova o estatuto da corporação, além de exercer outras atribuições menores como a estipulação do valor da *TV License*, a taxa cobrada anualmente dos proprietários de aparelhos de televisão no país. Em face de sua prerrogativa de árbitro das ações e decisões exercidas pela BBC, o Parlamento pode, se achar necessário, utilizar de mecanismo restritos ao legislativo, como as comissões parlamentares de inquérito, para investigar e apurar denúncias ou suspeitas envolvendo a organização, de modo que se assegure ao povo britânico que a empresa esteja cumprindo com todos os compromissos definidos na Carta Real e na Licença e Contrato. Os assuntos relativos à BBC são debatidos tanto na Casa dos Comuns, quanto na Casa dos Lordes, os dois recintos representativos do poder legislativo na Grã-Bretanha, sendo que o corpo de governadores e o quadro executivo da empresa podem ser intimados a prestar contas ao Parlamento.

E finalmente, abaixo dessas estruturas hierárquicas citadas anteriormente, encontram-se os cargos e departamentos típicos de uma grande empresa de comunicação, como diretores setoriais, gerentes, supervisores, editores, atores,

jornalistas, auxiliares administrativos, etc... Todos submetidos aos interesses públicos, mas, sem estabilidade em seus cargos, como ocorre no funcionalismo público brasileiro, o que significa que pelo menos na teoria, todos devem assegurar suas posições exclusivamente por sua competência e esforço, e não pelas garantias constitucionais de um concurso público. Por esse motivo, assim como ocorre nas companhias de caráter privado, a corporação sustentada com os fundos recolhidos dos cidadãos britânicos procura primar por sua eficiência e qualidade, ao invés de atuar como somente mais uma instituição pública.

3.5 As Fontes de Renda

Basicamente, a BBC é sustentada pelos recursos advindos do pagamento de licenças de TV por aproximadamente 24,5 milhões de telespectadores britânicos. São recursos que só no período de 2003/2004 atingiram 76% do orçamento total da corporação, estimado em £ 3.705,90 bilhões, o equivalente⁶⁰ a R\$ 16.450 bilhões. Essa taxa, cobrada de todas as residências e estabelecimentos comerciais do Reino Unido que possuam um ou mais aparelhos aptos a receberem transmissões abertas de televisão, foi introduzida no país por volta de 1904, antes mesmo da concepção dos primeiros televisores, como uma tentativa de desencorajar a produção doméstica e artesanal dos primeiros receptores de rádio. Com a estatização da *British Broadcasting Company*, em 1926, metade desse imposto arrecadado originalmente pelos Correios passou a ser direcionado para o Estado, e metade passou a ser destinado para a sustentabilidade e funcionamento da *British Broadcasting Corporation*. Atualmente o pagamento da licença é repassado integralmente para a companhia pública de televisão britânica.

⁶⁰ Fonte: Conversor de moedas Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/cgi-pt/conversor.pl>. Acesso em: 13/06/2005. Cotação: £ 1 = R\$ 4,48.

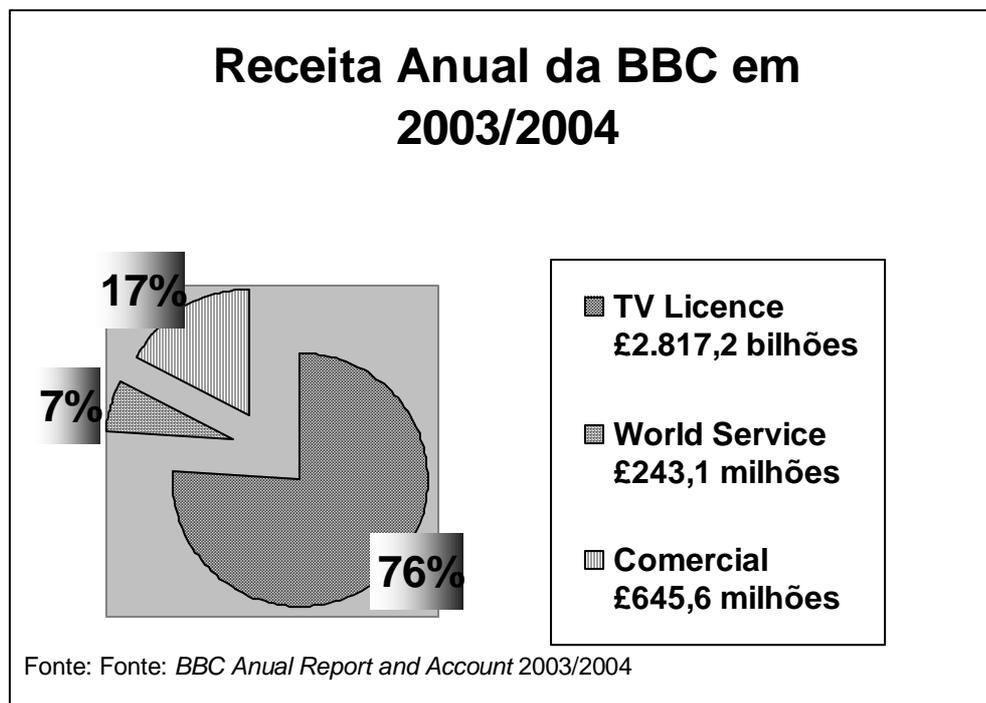


Gráfico 1

Embora desde a sua fundação tenham ocorrido muitas tentativas para implantar publicidade nas programações das emissoras da BBC, a *TV Licence* ainda continua se mantendo como a principal fonte de recursos da corporação. Com a manutenção desse modelo de financiamento, seus idealizadores e defensores acreditam que sejam evitados os riscos de interferências na independência e autonomia do grupo, tais como estão suscetíveis os veículos sustentados pela propaganda. E dessa forma, a BBC continua subordinando-se somente aos seus contribuintes.

Tal qual no início do século passado, os telespectadores britânicos ainda precisam adquirir anualmente as licenças de TV para terem garantido o direito de possuir um aparelho de televisão. Em 2005, o valor individual da licença de televisão alcançava £ 126,50, equivalentes a R\$ 565, para aparelhos coloridos, e £ 42, ou R\$ 188, para aparelhos monocromáticos. Essa cota cobre a pessoa inscrita no requerimento de uso da televisão e também qualquer outra que esteja relacionada como residente no endereço oficial do titular. Se o proprietário da *TV Licence* possuir um segundo endereço, ele necessitará comprar uma segunda licença para aquele local. As únicas pessoas que estão isentas do pagamento dessa taxa são os idosos com mais de 75 anos e aqueles que conseguem provar à autoridade responsável

pela cobrança e fiscalização⁶¹ dos licenciados que não possuem em casa qualquer aparelho que possa ser utilizado para a recepção de imagens televisivas. Portadores de deficiências visuais recebem um desconto de 50% no valor da *TV Licence*. E apesar do grande universo de pessoas sujeitas ao pagamento do imposto no país, sua fiscalização é bastante eficiente. Medidas como a manutenção de um banco de dados com todas as residências existentes no território britânico, a obrigatoriedade de que os vendedores de equipamentos eletrônicos informem o endereço dos consumidores de aparelhos de televisão e a previsão na lei de multas pesadas aos transgressores do sistema acabam auxiliando o governo a diminuir a evasão e coagindo a maioria dos usuários a evitar qualquer tentativa de fraude.

Os recursos arrecadados com a coleta da licença de televisão são gerenciados pelo corpo executivo da companhia, responsável pela administração do dia-a-dia da BBC, e supervisionados pelos governadores. Entre 2003 e 2004, 50% desses recursos foram utilizados somente na BBC1 e BBC2, os dois principais canais domésticos do grupo. Disparado, esses veículos são os que mais concentram fundos da empresa. A justificativa para tamanho investimento é o fato deles serem considerados os grandes tesouros da cultura televisiva britânica. Esses canais têm o compromisso de informar, educar e entreter o público através de programas de alta qualidade, que de alguma forma enriqueçam a vida das pessoas. A maior parte dos documentários, noticiários, filmes e transmissões de eventos esportivos que alavancaram o sucesso e a credibilidade da televisão britânica ao redor do mundo foram produzidos por esses dois veículos.

⁶¹ A *TV Licence* é estabelecida pelo Parlamento, mas coletada por empresas terceirizadas independentes.

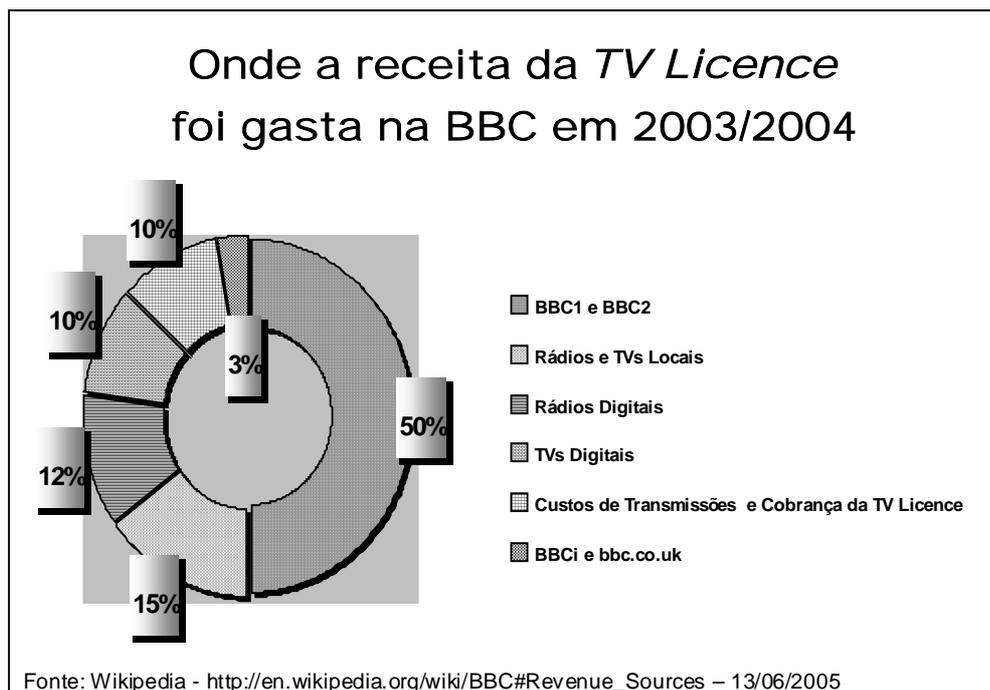


Gráfico 2

Nos anos 80, ainda que o governo conservador da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher tenha tentado obstinadamente inserir mecanismos comerciais⁶² no funcionamento da BBC, no final das contas, o caráter público da corporação acabou prevalecendo. No entanto, a discussão formentada no Parlamento terminou de alguma forma agregando novas alternativas de receitas para o grupo. Em 1996, na renovação da Carta Real que assegura o direito de funcionamento da companhia, foi estimulada a criação de empresas subsidiárias à companhia, focadas exclusivamente para o desenvolvimento de atividades comerciais, desde que nenhum centavo advindo da licença de televisão fosse utilizado para sustentar esses empreendimentos. Desde então, o segmento liderado principalmente pela *BBC Worldwide Service Ltd.* e pela *BBC Ventures Group Ltd.*, responsáveis pela comercialização de produtos e programas ligados à BBC, vem crescendo consideravelmente. Com um incremento recorde de 50% em seus lucros em comparação com os resultados obtidos no período anterior, o relatório anual de desempenho da *BBC Worldwide* em 2004/2005, divulgado em 14 de junho de 2005, apontou que as atividades comerciais da empresa somaram £ 706 milhões no ano, revertendo líquidos £ 145 milhões aos cofres da BBC. Segundo o *Annual Report and*

⁶² Uma comissão chegou a ser formada no Parlamento, a pedido do governo Thatcher, para estudar a possibilidade de eliminar a licença paga como exclusiva fonte de renda da organização e para analisar outras fontes de financiamento.

Accounts retroativo a 2003/2004, as empresas do segmento comercial da corporação faturaram £ 645,6 milhões no período. Todos os lucros obtidos pelas subsidiárias comerciais da companhia são reinvestidos na produção de programas do braço público da organização, beneficiando os contribuintes da *TV Licence*, que acabam vendo esse montante ser abatido do valor que eles teriam que pagar pelo usufruto do serviço de televisão.

E por último, a outra importante fatia de rendimentos da organização advém dos serviços internacionais de rádio da *BBC World Service*. Suas emissoras, entre 2003 e 2004, foram responsáveis pelo incremento de £243,1 milhões à *British Broadcasting Corporation*, equivalentes a 7% do seu orçamento no ano.

3.6 A Autonomia da BBC

Muito mais do que simplesmente uma predisposição legislativa, a autonomia da *British Broadcasting Corporation* é tratada no Reino Unido como sua principal qualidade. Em termos gerais, foi sua independência editorial e administrativa que lhe oportunizou construir uma relação histórica de confiança com seus ouvintes e telespectadores ao redor do mundo. No entanto, durante suas quase oito décadas de funcionamento, esse perfil não livrou a companhia de enfrentar algumas tensões com o governo, que de alguma forma acabaram refletindo as ambigüidades e privilégios da adoção dos sistemas públicos de rádio e de televisão.

É importante frisar-se que a garantia de autonomia prevista em lei, através dos dispositivos da Licença e Contrato, o documento anexo à Carta Real, não lhe permite desmandos e indiferença com os interesses públicos. Como já foi apresentado anteriormente nesse estudo, a BBC foi cuidadosamente resignada a uma infinidade de regras constantemente revistas e a criteriosos organismos internos e externos responsáveis pela fiscalização dos atos da organização. De modo que esse princípio garante à empresa, exclusivamente, a liberdade de auto-regular-se sem que sofra interferências ou coersões por parte de agentes externos, quando estiver atuando conforme as determinações definidas em seu estatuto.

Quando se trabalha com o conceito de autonomia em empresas de comunicação, deve-se ter em mente duas diferentes concepções. Afinal, nem sempre autonomia de gestão e independência editorial têm o mesmo peso. Pode ocorrer de uma companhia pública de comunicações possuir garantias constitucionais de auto-gestão administrativa, e no entanto, não possuir liberdade editorial, assim como o inverso também é verdadeiro. Entretanto, no caso da BBC, os idealizadores do seu estatuto proveram a empresa de mecanismos que lhe habilitam ambos os princípios. O que não quer dizer, no entanto, que o simples fato de possuir um estatuto rigoroso seja sinônimo de eficiência e seriedade. Não são poucos os casos de corporações e Estados que ostentam legislações amplas e zelosas, mas que no momento de colocá-las em prática, pecam por omissão ou má fé.

Entre os diversos fatores que podem ser apontados como relevantes para o bom funcionamento da autonomia da BBC, talvez, o mais importante seja a adoção da *TV Licence* como principal forma de sustentação da corporação. Além de oferecer uma provisão de recursos garantida, independentemente de crises econômicas, a taxa também mantém a empresa livre dos desmandos governamentais e interesses de grupos financeiros. É justamente a certeza de que no início do ano os orçamentos estarão assegurados, independentemente de qualquer posicionamento editorial que a empresa tenha que tomar no desempenho de suas atribuições de investigação e contestação em nome do povo britânico, que assegura tranquilidade e confiança para que os profissionais do grupo exerçam suas funções de forma imparcial. Inclusive, em seu estatuto consta um princípio que diz que a corporação tem como função prover aos seus telespectadores e ouvintes de serviços com altos padrões de qualidade, criação e confiança, que outras emissoras de comunicação nem sempre conseguem oferecer em consequência de pressões comerciais.

Mesmo com todas as garantias institucionais que reconhecem a independência da companhia, no decorrer da história da BBC, alguns acontecimentos estremeceram a sua estabilidade editorial. O primeiro grande teste que a corporação enfrentou diante de adversários poderosos ocorreu em 1926, ainda durante sua era privada, quando uma greve-geral parou a Grã-Bretanha por

10 dias. Na ocasião, o então ministro da Fazenda britânico, Winston Churchill, tentou transformar a organização num agente do governo.

Diante disso, mesmo enfrentando alguns dispositivos legais que beneficiavam o Estado, o diretor-geral da BBC, John Reith, resistiu à investida governamental, reconhecendo que aquele era um momento decisivo para o futuro da emissora. (LEAL FILHO, 1997, p.77)

No que se seguiu, viu-se pela primeira vez uma grande atuação jornalística na mídia eletrônica, a partir do momento em que a companhia decidiu romper com a restrição imposta pelos donos de jornais ingleses, que desde sua fundação a proibia de transmitir no país qualquer noticiário inédito antes das 18h. Nos atos iniciais desse grande espetáculo midiático que acabou transformando-se a paralisação, embora a emissora tentasse aproveitar com bastante eficiência a chance que havia conquistado de produzir suas notícias em tempo real, o governo acabou de alguma forma inibindo-a, com a proibição de que ela transmitisse entrevistas com dirigentes sindicais britânicos. Em busca do equilíbrio na cobertura, Reith foi contra a posição de Churchill e autorizou que sua rádio abrisse um de seus boletins de cobertura com uma nota oficial da Central Única dos Trabalhadores britânicos, informando sobre o andamento da greve e o crescimento das adesões. Frente a irritação do ministro e as acusações de manipulação de informações proferidas pelas centrais sindicais do país, a BBC acabou conquistando uma espécie de atestado de imparcialidade. Embora a corporação pública de comunicações britânica tenha saído da greve com uma audiência nacional e com sua credibilidade ampliada em face de sua atuação dentro da ética da imparcialidade, anos mais tarde, uma passagem do diário de Reith afirmou que o governo se manteve de certa forma isento em relação às atitudes da BBC, porque eles tinham conhecimento que em síntese os funcionários da companhia não eram realmente imparciais.

Esta cumplicidade faz lembrar um importante – e talvez inevitável – aspecto do serviço público de broadcasting: a dificuldade de imaginá-lo como uma instituição funcionando sob licença do governo, podendo ser uma adversária ou até mesmo uma crítica radical desse mesmo governo. (LEAL FILHO, 1997, p. 78)

Em 1985, ocorreu outra séria crise envolvendo a companhia e o governo britânico. Tudo iniciou quando a BBC 1 decidiu produzir um documentário chamado *At the Edge of the Union* (À Margem da União), sobre dois homens que atuavam em

lados opostos no cenário político da Irlanda do Norte. O secretário de Estado britânico, Leon Brittan, preocupado que o programa pudesse levantar a moral dos terroristas do Exército Republicano Irlandês (IRA), requisitou que o presidente do conselho de governadores da BBC vetasse a transmissão do programa. Numa decisão excepcional, os governadores assistiram ao documentário antes dele ir ao ar, decidindo então adiar a sua transmissão até que pequenas mudanças fossem feitas na edição do filme contra a vontade dos diretores da emissora. Finalmente, em outubro de 1985, o programa foi transmitido pela BBC 1, após ter causado um claro constrangimento aos editores da corporação.

Outro episódio marcado por acusações contra a linha editorial da companhia foi protagonizado em 1995, após uma entrevista concedida pelo ministro da Fazenda, Kenneth Clarke, do partido conservador, ao jornalista da BBC, John Humphrys. O jornalista e a própria emissora foram acusados pelo governo de terem se comportado partidariamente durante a entrevista que, segundo publicou na época o jornal inglês *The Independent on Sunday*, o ministro teria sido interrompido 32 vezes por Humphrys. Leal Filho (1997) complementa os relatos dizendo que, inclusive, outros membros do governo e deputados conservadores passaram a se referir à BBC, naqueles dias, como BBB, *Blair British Broadcasting*, numa alusão ao líder do Partido Trabalhista britânico, Tony Blair. Pouco tempo depois do incidente, na véspera das eleições regionais na Escócia, os três partidos de oposição ao governo denunciaram na Justiça a emissora por crime eleitoral por ter gravado uma entrevista de três horas com o primeiro-ministro conservador, John Major. Em decisão inédita, os juízes decidiram pela suspensão da transmissão, com a acusação de que a BBC teria fugido dos padrões de imparcialidade e equilíbrio às vésperas das eleições, conforme registrou um artigo do jornal londrino *The Guardian*, em 4 de abril de 1995. No término dessa troca de acusações públicas, o povo britânico ficou com impressão de que a corporação havia tentado compensar sua gafe inicial diante do governo com uma espécie de reparação política. Entretanto, como se diz na linguagem popular, o remendo acabou saindo pior que o soneto.

Esses tipos de problemas são constantes na história da BBC e são também inerentes à sua característica de serviço público baseado no princípio da independência do governo do dia. A emissora trabalha sempre em situação

de precário equilíbrio, podendo ser, em determinados momentos, puxada para um lado ou para outro. O que é importante ressaltar, a partir desses fatos, é que quando desvios são percebidos, as manifestações públicas ocorrem rápida e vigorosamente, impondo respostas ou mesmo reformulações de conduta da BBC. (LEAL FILHO, 1997, p. 79)

Contudo, toda a série de regulamentações e precauções estabelecidas na fundação da companhia, para assegurar seu distanciamento dos poderes escusos e das interferências externas, acabaram rendendo frutos positivos. Afinal, a prerrogativa influiu definitivamente para que a companhia se tornasse um modelo de corporação pública de comunicação ao redor do mundo, independentemente de seus desvios. É o que se pode atualmente conceituar de o modelo mais próximo do “tipo ideal” de veículo de comunicação. Possivelmente, porque não existe outro caso conhecido de emissora pública de alto-nível, com alcance internacional, que não se submeta aos desmandos dos governos do dia e aos interesses de poderes econômicos.

3.7 O Futuro da Corporação

Com a aproximação da data de expiração da atual Carta Real da BBC, válida até 31 de dezembro de 2006, já nesse momento, junho de 2005, iniciaram-se na Grã-Bretanha os debates e discussões a respeito do futuro da corporação de comunicações britânica. E assim como se tornou de praxe no país, esse período de formulação das diretrizes que deverão ser seguidas pela companhia nos próximos 10 anos tem originado grandes boatos e temores.

Ainda é muito cedo para se ter certeza sobre qualquer coisa, porém, com a publicação, este ano, do *Green Paper*⁶³ pelo governo britânico, já podemos ao menos colher alguns indícios das mudanças que poderão ocorrer no estatuto da organização a partir de janeiro de 2007. Entre as propostas enviadas ao Parlamento pela secretária da Cultura, Mídia e Esportes britânica, Tessa Jowell, a mais polêmica é a proposição de abolição do corpo de governadores que há 78 anos supervisiona as atividades da empresa por um novo quadro de confiança, que seria encarregado de falar em nome dos contribuintes da licença de televisão. A justificativa do

governo para a alteração é tentar fazer com que a BBC imponha maior distância entre os encarregados em gerenciar o dia-a-dia da companhia e aqueles responsáveis pela fiscalização de seus atos. No entanto, o que ocorre é que ultimamente os governadores vêm sendo criticados em consequência de um evidente conflito de interesses envolvendo seus posicionamentos hora como reguladores, e hora como defensores da BBC.

Além de zelar pela imparcialidade e precisão editorial da companhia, os membros desse novo corpo de administradores passariam a ter autonomia para aprovar ou rejeitar as estratégias e orçamentos estabelecidos pela diretoria executiva da corporação, desde que todas as decisões fossem claramente embasadas nos interesses dos ouvintes e telespectadores do grupo. Para isso, o governo propõe a criação de ferramentas de aproximação desses auditores com o público. Iniciativas como fóruns pela internet, encontros abertos, eleição de conselhos locais e regionais de comunicação e freqüentes pesquisas de opinião seriam algumas propostas para integrar o público britânico com seus novos representantes na BBC. E para assegurar a eficiência do novo organismo, os membros desse corpo de administradores passariam a ser regularmente avaliados, de forma individual. “Os conselheiros que não estiverem à altura da função serão prontamente demitidos.”, afirmou a secretária Tessa Jowell (BBC News, 2005).⁶⁴

Nesse mesmo tópico da proposta enviada ao Parlamento também são sugeridas modificações no corpo executivo da BBC. A atual diretoria, composta de nove integrantes, seria mantida com o encargo da administração da corporação, porém, uma minoria de seus integrantes seria composta não de executivos, mas sim de especialistas em áreas estratégicas, para que fossem agregados ao conselho diretor pontos de vista diferenciados das tradicionais posições gerenciais. Essa diretoria presidida pelo diretor-geral da BBC, responderia aos novos conselheiros, assim como a atual responde ao corpo de governadores. E em caso de os auditores avaliarem que os serviços prestados pela corporação não estão correspondendo ao

⁶³ O Green Paper é um documento elaborado pelo governo britânico para debater e discutir sobre o estatuto de uma corporação pública do país, antes que uma decisão final seja tomada pelo Parlamento.

⁶⁴ Documento eletrônico.

esperado, eles teriam autonomia para fazer com que o corpo executivo prestasse contas de suas atribuições ao conselho.

Todas as vezes em que se discute a renovação da carta de funcionamento da BBC, a legitimidade da licença paga de televisão entra na pauta. Dessa vez não seria diferente. No entanto, o governo foi bastante incisivo em afirmar no *Green Paper* que a taxa deveria permanecer ativa pelo menos pelos próximos 10 anos. Indagada do por quê da prerrogativa de manter o imposto, a secretária da Cultura da Grã-Bretanha disse que “[...] a *TV Licence* conserva um alto grau de suporte público à corporação, e embora seus mecanismos não sejam perfeitos, o governo ainda acredita que ela continua sendo a forma mais justa para se sustentar a BBC” (BBC News, 2005). Porém, se por um lado o governo praticamente assegurou a permanência do imposto na próxima década, por outro ele trouxe uma nova preocupação aos executivos da organização quando sugeriu através de um relatório independente publicado recentemente, que durante a vigência da nova carta fosse debatida a possibilidade da BBC passar a compartilhar os recursos da licença de TV com as demais emissoras de televisão britânicas. Além desse relatório, outro fator que poderá pesar na decisão de que seja dividida a renda advinda da *TV Licence* é a perspectiva do governo de que no máximo até 2012 seja concluída a conversão total do sistema analógico de televisão para o sistema digital. Com a extinção do antigo modelo, diminuiriam as razões para a sustentabilidade da BBC, já que os telespectadores britânicos passariam a ter uma infinidade de canais, serviços e internet através da televisão.

Entretanto, até 2016, quando a nova carta que ainda nem entrou em vigor expirar, a BBC terá muito mais desafios pela frente do que simplesmente passar a dividir parte de sua receita. Com o avanço das tecnologias digitais, vem crescendo também a concorrência do grupo com o enorme número de canais de televisão disponíveis através dos serviços de transmissão a cabo e via satélite. Mesmo agora, em 2005, mais da metade dos britânicos já possuem TVs com multi-canais. Com isso, aumenta o risco de que a unanimidade de opiniões a respeito da manutenção do caráter público da corporação no Reino Unido perca força e comece a ser questionada novamente.

*“Vitam impendere vero”*⁶⁵

4 O CASO KELLY

4.1 Resumo do Caso

Apesar de já existir um longo histórico de confrontação, em 2003, as relações entre a BBC e o governo britânico alcançaram o que pode ser considerado o seu mais alto nível de estremecimento. Classificado por alguns como uma gloriosa demonstração de autonomia e por outros como um abuso do poder da mídia, o fato é que até então nunca se vira no modelo público de radiodifusão um embate tão violento entre uma instituição pública com seu governo. A voracidade das acusações deixou cicatrizes tão profundas na companhia, que muita gente teme que possa ter comprometido definitivamente sua independência.

A polêmica iniciou quando em 29 de maio de 2003, durante sua participação diária no programa Today da rádio BBC 4, o jornalista da BBC especialista em defesa e diplomacia Andrew Gilligan deu um furo de reportagem que acabou caindo como uma bomba em *Downing Street*, a sede do governo britânico. Em sua matéria, o jornalista relatou a denúncia de uma fonte sigilosa, que teria sido um dos oficiais responsáveis pela elaboração do dossiê sobre o arsenal de armas iraquiano. Entre outros pontos, o documento afirmava que o presidente do Iraque, Saddam Hussein, poderia lançar mão de armas de destruição em massa em apenas 45 minutos, desencadeando, em abril de 2003, na aprovação pelo parlamento britânico de uma ação conjunta com os EUA para destituir o presidente iraquiano e impedir que armas de destruição em massa caíssem em mãos dos terroristas da *Al Qaeda*. Segundo Gilligan, sua fonte insinuou que o todo-poderoso diretor de comunicações e estratégias do governo Blair, Alastair Campbell, teria maquiado o relatório publicado em setembro de 2002 sobre os armamentos disponíveis pelo Iraque, contra a vontade dos serviços de inteligência do país, para torná-lo “mais atraente”. Na

⁶⁵ *lat* “Consagrar a vida à verdade”.

mesma semana, em sua coluna dominical no jornal britânico *Mail on Sunday*, o repórter da BBC repete com mais detalhes as acusações realizadas por sua fonte sigilosa.

Prontamente, o governo britânico negou as denúncias. O próprio Blair foi à imprensa e rechaçou como completamente absurda a acusação. E apesar de há mais de 10 semanas os militares americanos e britânicos estarem a procura do arsenal atômico iraquiano, sem nenhuma descoberta que justificasse a ação militar, o primeiro-ministro britânico reafirmou que tinha certeza que as armas de destruição em massa de Saddam Hussein seriam encontradas brevemente. No entanto, a comissão de assuntos estrangeiros da Casa do Comuns, a câmara baixa do Parlamento britânico, decidiu formar uma CPI para apurar as denúncias da BBC.

Acompanhando pela imprensa ao linchamento público de seu principal aliado, e também pressionado pela opinião pública americana, o governo dos EUA anunciou a formação de uma equipe com 1.400 especialistas americanos, britânicos e australianos para intensificarem as buscas por armas químicas e biológicas em território iraquiano. Enquanto isso, a BBC mantinha sua versão. Convocado pela CPI da Câmara dos Comuns para prestar esclarecimentos sobre o caso, o jornalista da BBC, epicentro da polêmica, informou aos parlamentares que sua reportagem havia se baseado numa conversa de aproximadamente 90 minutos com um contato de dentro do governo trabalhista, que lhe servia de fonte de informações há uma longa data. Aproveitando a ocasião, Gilligan reiterou que sua fonte havia revelado que o dossiê publicado pelo governo britânico foi e voltou do gabinete de Blair para a comissão conjunta de inteligência "entre seis e oito vezes" para que fosse reescrito, e que em pelo menos uma delas o primeiro-ministro teria participado do processo. Nesse meio tempo, os parlamentares da oposição também passaram a criticar duramente o governo após a descoberta de que um segundo dossiê sobre o Iraque, divulgado em janeiro daquele ano, incluía trechos de uma tese de doutorado escrita há 13 anos no estado americano da Califórnia e disponível na internet.

Após pouco mais de um mês de investigações, a comissão de assuntos estrangeiros da Casa dos Comuns divulgou o resultado de seus trabalhos:

O governo do premiê britânico, Tony Blair, utilizou informações duvidosas para defender a necessidade de se aliar aos EUA na Guerra do Iraque, mas não há evidências de que tenha feito isso de forma deliberada. A conclusão é do relatório da comissão de assuntos externos do Parlamento, que investigou o caso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 08/07/2003, p. A11)

Nesse momento, trava-se uma verdadeira batalha entre membros do governo trabalhista e dirigentes da BBC. Em meio ao temporal político que agita o Reino Unido, Dr. David Kelly, um cientista renomado e conselheiro do Ministério da Defesa britânico, escreve uma carta ao seu gerente imediato no ministério, Bryan Wells, admitindo que tinha encontrado com Gilligan na última semana de maio daquele ano. Com base nessa declaração, o ministro da Defesa, Geoff Hoon, chegou a escrever para o diretor-geral da BBC, Greg Dyke, para perguntar se Kelly era a fonte da reportagem de Gilligan. A BBC se negou a responder. As acusações, amplificadas pela imprensa, passaram a demonstrar o nível da instabilidade entre a instituição pública e o governo. Em uma entrevista coletiva, o chanceler britânico, Jack Straw, afirmou que os relatórios produzidos pelos serviços de inteligência do país realmente teriam evidências vorazes contra o governo iraquiano, e exigiu que a BBC pedisse desculpas e "reconhecesse que sua reportagem estava errada". Do outro lado, o diretor de notícias da BBC, Richard Sambrook, contra-atacava destacando que o relatório produzido pela CPI da Casa dos Comuns afirmava claramente que existiam grandes questões a serem respondidas sobre o conteúdo do dossiê apresentado pelo governo contra o Iraque.

Porém, em um novo vazamento de informações por parte de integrantes do governo, o nome do Dr. David Kelly, o cientista britânico consultor de armas do Ministério da Defesa, é lançado à imprensa como o responsável pelas denúncias divulgadas pela BBC. Ainda não está bem esclarecido como o nome do cientista veio à tona, mas segundo informou na época o jornal londrino *The Guardian*, foi dito por membros do governo trabalhista a repórteres dos jornais *Times*, *The Guardian* e *Financial Times*, ambos renomados periódicos ingleses, que se eles sugerissem nomes de possíveis suspeitos de terem repassado à informação à BBC, o governo confirmaria caso o nome oferecido fosse o do responsável. A espécie de jogo de adivinhação propiciado por integrantes da assessoria de imprensa do Ministério da Defesa britânico, conforme revelou mais tarde o mesmo jornal *The Guardian*, estava sendo coordenado indiretamente pelo próprio secretário de Defesa, Geoff Hoon.

Aceita a proposta pelos repórteres dos três jornais, o jornalista Richard Norton-Taylor, do *The Guardian*, ofereceu à assessoria de imprensa do ministério três nomes. Os membros do gabinete rejeitaram os dois primeiros, mas confirmaram o terceiro: David Kelly. No dia seguinte ao fato, quando os principais jornais britânicos publicaram o nome do cientista como sendo a fonte secreta da BBC, a emissora se negou a confirmar se a informação era verdadeira ou falsa.

Mesmo assim, o caso conquistou as manchetes da maioria dos jornais do Reino Unido e de boa parte do mundo por dias. Principalmente, depois das declarações dadas por Sambrook, de que "pressões sem precedentes" por parte de *Downing Street*, estariam sendo exercidas sobre a emissora pública britânica, renomada internacionalmente por sua autonomia perante o governo. A essa altura, o Parlamento britânico decidiu reabrir a CPI para esclarecer definitivamente as denúncias. Numa reunião fechada, o comitê de assuntos estrangeiros da Casa dos Comuns decidiu convocar o Dr. Kelly a depor na instituição, para tentar elucidar se realmente ele teria alguma participação no caso. No dia 15 de julho de 2003, o cientista se apresentou à comissão para defender-se das acusações que vinha sofrendo. Frente a frente com os parlamentares ele negou ser a principal fonte da reportagem, embora tenha admitido que havia se encontrado com o repórter Andrew Gilligan, antes da divulgação da reportagem. Após a audiência, integrantes da CPI divulgaram à imprensa que eles não acreditavam que Kelly fosse a fonte da história do jornalista Andrew Gilligan. "Além de que, está evidente que o especialista do Ministério da Defesa está sendo destrutado pelo governo desde que admitiu voluntariamente aos seus superiores que teria tido um contato não-autorizado com profissionais da imprensa", completou o presidente da comissão, Donald Anderson.

Enquanto isso, o primeiro-ministro Tony Blair se tornava alvo de uma enxurrada de críticas e acusações. Uma das mais fervorosas oponentes de Blair nesse momento foi a ex-ministra do Desenvolvimento Internacional Clare Short, que havia renunciado ao seu cargo por oposição à Guerra do Iraque.

Penso que a melhor solução para Blair seria que ele planejasse sair antes que as coisas fiquem ainda piores, disse a ex-ministra Clare Short. Ela ainda observou que existem muitos rumores de que os "sindicatos estejam infelizes" e que o "grau de confiança no país" caiu muito. (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/07/2003, p. A13)

Robin Cook, outro forte crítico do primeiro-ministro britânico que renunciou ao posto de líder do governo no Parlamento porque se opunha à Guerra do Iraque, reiterou sua posição numa entrevista ao jornal inglês *The Independent* e disse que "a justificativa" do governo britânico para a guerra era um "absurdo palpável". Segundo Cook, a decisão de ir à guerra foi exclusiva de Blair.

Dois dias após o depoimento do Dr. Kelly à Casa dos Comuns, o jornalista da BBC Andrew Gilligan é novamente chamado a depor. Numa audiência fechada, Gilligan repete aos parlamentares sua versão sobre o caso. No entanto, mais tarde, o repórter foi duramente criticado pelos parlamentares por não aceitar revelar a identidade de sua fonte. Inclusive, o presidente da CPI, Donald Anderson, chegou a acusar o jornalista de ter modificado sua história no novo depoimento.

No mesmo dia do testemunho de Gilligan, um novo episódio incendiou definitivamente o caso. No meio da tarde do dia 17 de julho de 2003, o Dr. David Kelly deixou sua confortável residência na cidade de Southmoor, a 30 km de Oxford, no sudoeste da Inglaterra, e saiu a caminhar em direção a um bosque da região. Então, o que se seguiu a partir daí é conhecido somente pelas informações divulgadas pelo laudo forense preparado para o Relatório Hutton, que investigou as causas da morte do cientista britânico.

Segundo o relatório, o tímido e meticuloso Kelly, especialista em armas químicas e biológicas do arsenal iraquiano, depois de caminhar aproximadamente 8 km, sentou-se entre as árvores, tomou alguns anestésicos e cortou seu pulso esquerdo, tendo em seguida sangrado até a morte. Seu corpo foi encontrado pela polícia somente no dia seguinte, após a família ter comunicado o desaparecimento do cientista. Com a confirmação de sua morte, o diretor de notícias da BBC, Richard Sambrook, após receber o aval da família de Kelly, revelou publicamente que o consultor de armas era realmente a fonte resguardada pela companhia.

Ficou claro no episódio que o cientista não conseguiu enfrentar a voracidade da imprensa inglesa e as prováveis retaliações do governo britânico. Arrastado para o centro de um perverso holofote de publicidade, o tímido e meticuloso Kelly não resistiu às pressões em torno de sua imagem após a revelação de sua identidade

como a fonte da BBC e acabou cometendo suicídio. O jornal britânico *The Independent* citou fontes do governo para dizer que o cientista se sentia "traído" e que ele considerava que o Ministério da Defesa tinha quebrado o acordo de que seu nome não seria revelado. Em contra partida, o ministério afirmou que, em nenhum momento, Kelly fora ameaçado de suspensão ou demissão. Porém, involuntariamente, sua morte propagou uma extraordinária corrente de acontecimentos, mergulhando tanto a administração do primeiro-ministro Tony Blair, quanto a BBC numa das maiores crises políticas de suas histórias. Nesse momento, a opinião pública britânica, estarrecida com a proporção de eventos ocorridos até então, levantou a possibilidade de o governo trabalhista ter elaborado uma conspiração contra seu consultor de armas, enquanto a rede pública passou a sofrer constrangimentos em consequência das acusações de que, se tivesse negado de forma veemente ser Kelly sua fonte, ele ainda estaria vivo.

4.2 O Debate BBC x Governo Blair

Depois de um mês e meio de combate aberto, desde a famigerada reportagem do programa *Today* da rádio BBC 4, a morte do cientista de 59 anos acabou intensificando ainda mais a batalha entre a *British Broadcasting Corporation* e o governo trabalhista do primeiro-ministro Tony Blair. Percebendo a amplitude que os acontecimentos haviam assumido, ambos lados trataram rapidamente de fortalecer-se com o máximo de artilharia possível contra o adversário, sabendo que naquela conjuntura, nenhum dos dois poderia voltar atrás, a ponto de comprometer definitivamente suas atividades públicas.

No flanco da BBC, inicialmente, as trincheiras foram reforçadas com a salvaguarda do corpo de governadores – que divulgou nota de apoio ao departamento editorial da corporação – e também, com a declaração, por parte da corporação, de suporte incondicional ao repórter Andrew Gilligan.

O corpo de governadores considera que o programa *Today* seguiu propriamente as regras de produção da BBC, na matéria do repórter Andrew Gilligan, no dia 29 de maio de 2003, sobre o dossiê publicado pelo serviço de inteligência britânico em setembro do ano passado. Embora as regras da

corporação digam que a emissora deveria relutar em transmitir histórias baseadas numa única fonte, e se preocupar sobre os perigos de usar fontes anônimas, o estatuto claramente permite que isso seja feito em circunstâncias excepcionais. Histórias baseadas em relatos de altos funcionários dos serviços de inteligência enquadram-se nessas exceções. (BBC, 2003)⁶⁶

Na fortificação inimiga, a principal estratégia de defesa adotada foi tentar jogar a culpa da tragédia na organização pública de comunicações, que segundo informou a assessoria de imprensa do premiê britânico, teria distorcido as afirmações do cientista morto. Mesmo antes da morte de Kelly, o governo, baseado em contradições de Gilligan quanto às insinuações de sua fonte, já sustentava essa teoria. E para fortalecer sua defesa, a administração trabalhista passou a manifestar publicamente que iria cooperar totalmente com as investigações sobre o caso. Blair estava em visita oficial à Ásia quando a polícia descobriu o corpo de Kelly, e respondeu duramente aos parlamentares britânicos que pediam a sua renúncia em decorrência das denúncias envolvendo seu nome. Em entrevista à TV *Sky News*, rival da BBC, o premiê disse que ele e os integrantes do primeiro escalão do governo não iriam renunciar aos seus cargos, e nem mesmo convocar uma sessão especial no Parlamento, que então se encontrava em recesso de verão. Porém, o primeiro-ministro fez questão de deixar claro à opinião pública que estava à disposição da Justiça para qualquer esclarecimento sobre o assunto. Por meio de uma nota divulgada por um porta-voz, o governo tentou acalmar os ânimos exaltados: "Apesar das diferenças, ninguém queria que essa tragédia acontecesse. Sei que todos, inclusive a BBC, ficaram chocados" (ABBOTT, 2003, p. A8).

No entanto, as insinuações de boas intenções do primeiro-ministro britânico não tiveram efeito diante de circunstâncias tão graves, e teve início na Grã-Bretanha uma forte campanha política para a abertura de um inquérito judicial independente, que além de averiguar as causas da morte de Kelly, também investigasse todo o contexto envolvendo o dossiê do governo britânico e as armas de destruição em massa iraquianas. Então, no dia 21 de julho de 2003, apenas dois dias após a confirmação da morte do especialista em armas químicas, o juiz aposentado Lorde James Brian Hutton, de 72 anos, bastante respeitado na Grã-Bretanha devido a sua participação em casos difíceis como o processo de extradição do ex-ditador chileno

⁶⁶ Documento eletrônico.

Augusto Pinochet, em 1999, foi apontado para liderar um inquérito independente sobre os eventos que circundaram a morte de David Kelly. Hutton foi descrito na ocasião pelos jornais britânicos como um homem que não se esquivaria de anunciar um veredito condenando o governo, caso isso fosse necessário.

Nos debates políticos e mesas redondas que se seguiram na imprensa britânica para abordar o confronto entre a BBC e o governo trabalhista, ficou claro que a controvérsia havia colocado em dúvida a irrefutável credibilidade da rede pública britânica, e desgastado intensamente a imagem do primeiro-ministro, acusado de ter promovido uma verdadeira "caça às bruxas" para encontrar a fonte da reportagem. Na linha de frente da ofensiva contra a BBC, surgiu o presidente do comitê de mídia do Parlamento, Gerald Kaufman, que ao apimentar as discussões dizendo que o episódio levantava "sérias questões" sobre a BBC, defendeu mudanças na estrutura da corporação (ABBOTT, 2003, p. A8). Entretanto, algumas personalidades britânicas conceituadas não tardaram a colocar-se numa formação de defesa à companhia. Em uma entrevista, o colunista e ex-editor do jornal *The Guardian* Peter Preston disse que "a BBC estava dando ampla cobertura ao caso, mostrando críticas e avaliações em seus programas" (ABBOTT, 2003, p. A9). A ex-ministra trabalhista Clare Short enfatizou que a disputa com a rede pública era apenas uma "cortina de fumaça". Para ela, a briga impedia que as razões pelas quais o país apoiou os EUA fossem efetivamente discutidas (ABBOTT, 2003, p. A9). Já o ex-deputado conservador Matthew Parris, afilhado político de Margareth Thatcher, que desistiu da política e se tornou um dos mais irônicos comentaristas políticos britânicos, sustentou que a convicção com que o premiê defendia suas posições e atitudes em relação ao Iraque beirava a insanidade.

Ele prometeu que haveria uma resolução da ONU autorizando a guerra. Não houve. Que seria o mediador entre os EUA e a Europa. Não conseguiu. Que Bush aceitaria uma administração da ONU após a vitória. O que não aconteceu. Que as armas de destruição em massa seriam encontradas. Não foram. A cada dificuldade, Blair pede tempo, duas semanas, um mês, dois meses, para que seu argumento se prove verdadeiro. Esse é o comportamento de um homem insano, que vive no mundo da fantasia", afirmou em sua coluna no jornal britânico *Times*, Andrew Parris. (DIAS, 2003, p. A22)

Pesquisas de opinião realizadas uma semana depois do suicídio do cientista, no Reino Unido, pelo instituto britânico YouGov, apontaram que 35% dos

entrevistados afirmavam que sua opinião em relação à BBC havia piorado depois do caso Kelly, enquanto 55% diziam que os acontecimentos não haviam modificado suas posições em relação à companhia. Embora, houvesse uma significativa camada da população se manifestando contrária à posição da organização nessa crise política, até esse momento, o grande vilão da história para os britânicos era mesmo o governo. Conforme pesquisa do mesmo instituto, encomendada pelo jornal conservador *The Daily Telegraph*, 68% dos entrevistados achavam que, no geral, o governo não tinha sido honesto e confiável no episódio, enquanto somente 41% pensavam que Blair deveria ser mantido no cargo de primeiro-ministro. Uma outra pesquisa, divulgada no jornal *The Guardian*, mostrou que 54% dos britânicos não estavam contentes com o premiê, contra apenas 37% que se diziam satisfeitos. A diferença havia subido de 7 pontos, durante a Guerra do Iraque, para 17 no ápice da crise causada pela morte do especialista do Ministério da Defesa.

Entretanto, poucas semanas depois da divulgação das pesquisas, o jogo começou a se inverter em favor de Blair. Liderado pelos jornais britânicos do multibilionário da mídia Rupert Murdoch, incansável defensor da guerra no Iraque e famoso oponente da rede pública britânica, uma série de detratações públicas contra a corporação, acompanhadas da divulgação de novos elementos sobre o caso, passaram a comprometer a credibilidade dos profissionais da emissora envolvidos na crise com o governo. No dia 21 de julho de 2003, em uma matéria de duas páginas do tablóide inglês *The Sun*, pertencente ao grupo de publicações de Murdoch, intitulada “Cabeças devem rolar na BBC”, o editor de política do jornal, Trevor Kavanagh, insinuou que o empregos do presidente do conselho de governadores da corporação, Gavyn Davies, e do diretor-geral da companhia, Greg Dyke, estavam na berlinda, devido ao respaldo que ambos vinham dando ao diretor de notícias, Richard Sambrook, e principalmente ao jornalista Andrew Gilligan. Na matéria, o repórter responsável pela veiculação das denúncias de Kelly foi considerado um “rato” que estava tentando salvar seu emprego com a rotulação de uma mentira ao consultor de armas do Ministério da Defesa. Nessa mesma edição do tablóide, sua reportagem principal acusava a BBC de estar demonstrando “má fé, hipocrisia, baixos padrões e uma total falta de julgamento jornalístico na cobertura do caso Kelly”. E complementava com a afirmação: “A BBC está na sarjeta”.

No dia seguinte à publicação da matéria do *The Sun*, quem protagonizou o ataque contra a rede pública britânica foi o tradicional periódico britânico *Times*, também do grupo Murdoch. Com a manchete de capa “Primeiras rupturas na unidade do corpo da BBC”, o jornal trazia uma história baseada em duas fontes pertencentes ao corpo de governadores da organização pública de comunicações britânica, das quais as identidades não foram divulgadas, que revelava que teria ocorrido uma frissura no corpo administrativo da empresa. Uma das fontes afirmava que teria inclusive exigido uma reunião de emergência no corpo de governadores da corporação para reconsiderar a posição inicial de defesa de Gilligan. No mesmo dia, o tablóide *The Sun* estampou na sua capa uma manchete parecida com a do *Times* denominada, “As primeiras rupturas”, em que se afirmava que três governadores da BBC, não-revelados, não estariam felizes com as determinações tomadas pela companhia nos últimos tempos. Uma semana depois dessas matérias do *Times* e do *The Sun*, visivelmente parciais contra a BBC, o jornal *The Guardian*, assumidamente de esquerda, manifestou-se contra o que chamou de “uma conspiração de Murdoch contra o grupo público de comunicações britânico”.

A companhia de Rupert Murdoch possui a maior parte das ações da emissora via-satélite BSkyB, que atua no mercado britânico, e ele tem freqüentemente esbravejado contra as regulações de propriedade da mídia na Grã-Bretanha, a qual o impede de comprar emissoras terrestres de televisão no país. Ele tem falado em público sobre a injustiça da dominação da BBC no mercado das comunicações no Reino Unido e, há mais de 12 anos, vem fazendo uma campanha contra o que considera ser um abuso, de o povo britânico ser obrigado a pagar uma taxa para sustentar a rede pública de comunicações do país. No entanto, diferentemente de Murdoch, existem muitos de nós que são entusiastas pelos serviços públicos de comunicação, e admiramos a BBC. (GREENSLADE, 2003)⁶⁷

Contudo, apesar da interpelação do *The Guardian*, a campanha contra a BBC continuou a ganhar força. No mês de agosto de 2003, logo após o inquérito de Lorde Hutton ter começado a ouvir suas primeiras testemunhas, um e-mail enviado pelo editor do programa *Today* da rádio BBC 4, Kevin Marsh, foi anexado ao processo. Na mensagem, o jornalista dizia que a polêmica reportagem de Andrew Gilligan tinha sido “defeituosa” e “com o uso de uma linguagem imprecisa”. No dia seguinte, a repórter do programa *Newsnight* da BBC2, Susan Watts, acusou os chefões da corporação de “estarem tentando moldar sua história para confirmar a matéria de

⁶⁷ Documento eletrônico.

Gilligan” (WELLS, 2003)⁶⁸. Essa denúncia não pareceu tão absurda ao público britânico, já que companhia vinha utilizando como estratégia de defesa a divulgação de que Kelly não teria passado informações sobre o dossiê de armas do Iraque exclusivamente para Andrew Gilligan. Segundo a empresa, o cientista também havia conversado com Gavin Hewitt, que divulgou suas informações no jornal da noite da TV BBC1, e com Susan, que fez reportagem semelhante no jornal da noite da TV BBC2. Embora a fonte das matérias fosse a mesma utilizada por Gilligan, as versões dos três jornalistas da BBC foram bastante distintas. Enquanto os repórteres da BBC1 e da BBC2 haviam realizado uma cobertura sóbria, o correspondente de guerra da rede teria sido muito enfático em suas afirmações, inclusive com informações não existentes na reportagem de seus outros dois colegas, como a insinuação de que o diretor de comunicações de Blair, Alastair Campbell, teria sido o responsável pelo incremento no dossiê sobre o arsenal iraquiano de que o governo de Saddam Hussein poderia dispor de armas de destruição em massa em apenas 45 minutos. A observação abordando a diferença entre os relatos dos três repórteres da BBC sobre o caso acabou virando pauta do editorial do dia 22 de julho de 2003, do respeitado jornal britânico *Financial Times*.

Para sustentar a versão de Gilligan, que cada vez se complicava mais no processo, uma equipe de graduados executivos e advogados da empresa reuniu documentos, transcrições e fitas relacionadas ao dossiê e às razões pelas quais a rede confiou em Kelly como sua principal fonte, para apresentar diante do juiz Hutton. E em seu depoimento no inquérito, o diretor de noticiários da BBC, Richard Sambrook, negou as acusações feitas por Susan.

Porém, enquanto a “chapa definitivamente aquecia” para o lado da BBC, todos os veículos do grupo realizavam uma cobertura irrepreensível sobre o caso, do ponto de vista jornalístico. A variedade de opiniões e conteúdos a respeito de todos os fatos envolvendo o dossiê, a reportagem de Gilligan, a morte de Kelly e os desdobramentos do inquérito de Hutton eram repassados ao público de forma precisa, independentemente das implicações citadas. E embora o governo continuasse seu ataque contra a companhia, por conta de seu comportamento

⁶⁸ Documento eletrônico.

diante da reportagem do correspondente de guerra da rádio BBC4, em nenhum momento os membros da administração Blair fizeram qualquer restrição ao trabalho desenvolvido pela emissora após o início da crise.

Convocado a depor no inquérito administrado pelo juiz Hutton, o primeiro-ministro Tony Blair acabou tornando-se o segundo premiê na história britânica a prestar esclarecimentos num processo judicial por conta de suas atividades executivas. Antes dele, somente John Major, em 1994, havia prestado um depoimento do gênero, a respeito da venda de armas para o Iraque nos anos que antecederam a Guerra do Golfo, em 1991. Diante do juiz e de todas as pessoas que lotavam o plenário do tribunal, Blair negou que seu governo tivesse manipulado as informações apresentadas no relatório sobre o arsenal iraquiano, publicado em setembro de 2002. E devido a uma inovação processual arbitrada por Lorde Hutton, naquele mesmo dia, o povo britânico pôde acessar a transcrição do depoimento de Blair pela internet, através de um site⁶⁹ criado especialmente para que o público pudesse acompanhar todos os detalhes do caso e analisar os documentos e evidências anexados ao processo.

No dia seguinte ao depoimento do primeiro-ministro, o poderoso diretor de comunicações de Blair, Alastair Campbell, um dos principais protagonistas da crise, pediu afastamento de seu cargo. Campbell, que chegou a ser chamado de vice-premiê britânico, em virtude do alto nível de influência que exercia no governo trabalhista, alegou que sua decisão de deixar seu posto no primeiro escalão britânico não tinha nenhuma ligação com os acontecimentos que vinham agitando o cenário político do país há três meses. No entanto, ficou claro que sua saída naquele momento era uma ação preventiva para que ele não parecesse culpado das acusações que vinha sofrendo desde a divulgação da reportagem de Gilligan. Enfim, o homem que tinha assumido uma linha dura frente à BBC, exigindo que a emissora se retratasse diante do governo, deixou seu chefe e amigo Tony Blair no momento em que a popularidade do primeiro-ministro estava mais baixa desde que havia assumido o cargo em 1997. Mas, embora muitas pessoas pedissem a renúncia do premiê, sua situação, desde que não fosse revelada nenhuma nova acusação

⁶⁹ www.the-hutton-inquiry.org.uk

gravíssima, era razoavelmente confortável. Com 419 cadeiras, das 658 existentes no Parlamento britânico, o partido de Blair ostentava uma maioria absoluta no legislativo. E como para um primeiro-ministro ser deposto, o Parlamento precisaria aprovar uma moção de desconfiança contra ele, ou então seu partido deveria afastá-lo de sua liderança, enquanto não fossem confirmadas as denúncias de Gilligan, seu posto estaria assegurado, pelo menos até 2005, quando seriam realizadas as eleições gerais no Reino Unido.

Assim que as investigações de Hutton entraram em sua segunda fase de atuações, no dia 15 de setembro de 2003, o diretor-geral da BBC, Greg Dyke, testemunhou no inquérito, em que afirmou que Alastair Campbell teria atacado a companhia pública de comunicações para “ajustar antigas rixas”. Dyke também revelou que não sabia nada a respeito dos erros de interpretação de Gilligan que estavam circulando na imprensa depois que foi divulgada uma correspondência trocada entre o repórter com um membro da comissão de assuntos estrangeiros da Câmara dos Comuns do Parlamento britânico, em que o jornalista admitia que havia feito pressuposições a partir das insinuações de David Kelly. O diretor-geral da organização pública ainda complementou suas declarações enfatizando que o comportamento de seu repórter diante dos fatos expostos era “inaceitável” (WELLS, 2003).

Ainda influenciado pelo calor do depoimento do chefe da BBC, ocorreu o testemunho mais polêmico do inquérito sobre a morte de David Kelly. No dia 17 de setembro daquele ano, frente ao juiz Hutton, o repórter da BBC Andrew Gilligan admitiu ter cometido erros na reportagem na qual acusou o governo britânico de ter “tornado mais sexy” o relatório sobre as armas de destruição em massa de Saddam Hussein. O jornalista também afirmou ter errado por não ter ouvido o que o escritório de Blair tinha a dizer antes da veiculação da reportagem (REPÓRTER, 2003, p. A13). A confirmação da “maquiagem” na matéria sobre o dossiê, dita pela própria boca de Gilligan, caiu como uma bomba sobre a BBC. Agora, os dirigentes da companhia que haviam respaldado completamente a versão do correspondente de guerra encontravam-se numa situação bastante constrangedora e delicada. Segundo reproduziu o jornal Folha de São Paulo de 18 de setembro de 2003, Gilligan teria dito: “Minha intenção foi a de relatar o que o Dr. Kelly me disse e

lamento não ter reproduzido de forma inteiramente cuidadosa e precisa o que ele me comentou". Na mesma edição, o jornal Folha de São Paulo destacou a declaração do diretor de jornalismo da emissora pública britânica, Richard Sambrook, logo após ele ter tomado conhecimento das revelações de seu repórter: "Há uma série de lições que a BBC terá de tirar com tudo isso".

Entre o mar de críticas que giravam em torno da exposição da imagem da BBC a partir das constatações de que teriam ocorrido falhas no controle interno da companhia, o diretor de redação do *The Guardian*, Alan Rusbridger, sugeriu que a rede pública instituisse um ombudsman que passasse a fiscalizar o conteúdo editorial da corporação pública. "Quanto estrago e quanta tragédia poderiam ter sido evitados se a organização tivesse publicado com rapidez um equilibrado e cauteloso esclarecimento sobre os pontos da reportagem de Gilligan que não tinham como ser defendidos", enfatizou Rusbridger num artigo do jornal *The Guardian*, de 20 de setembro de 2003, ao defender a presença de um crítico editorial na rede pública de comunicações britânica. No entanto, os representantes da organização rechassaram prontamente a proposta, alegando que entre outras atribuições, essa era uma das responsabilidades do corpo de governadores da BBC.

O processo corre e, no início de outubro, o primeiro-ministro britânico agora numa posição bem mais confortável já arriscava algumas colocações defendendo novamente sua decisão de ter partido para a guerra contra o regime de Saddam Hussein, em companhia dos EUA.

E se os terroristas repetirem o 11 de Setembro ou fizerem algo pior? E se eles conseguirem armas químicas ou biológicas ou uma bomba nuclear? Se essa é a ameaça do século 21, o Reino Unido deve ajudar a confrontá-la. Não porque somos o poodle dos EUA, mas porque assim o Reino Unido será um lugar mais seguro", disse o premiê na convenção do Partido Trabalhista em Bournemouth. (INVADIRIA, 2003, p. A9)

Com o término dos trabalhos do juiz Hutton no dia 13 de outubro de 2003, a atmosfera política britânica manteve-se em constante tensão nos meses em que o magistrado recolheu-se para analisar e redigir seu parecer diante do caso. Havia uma confiança pública no caráter e na independência do veterano juiz, que prometiam uma sentença imparcial diante dos fatos. No entanto, percebia-se que

perante as últimas evidências contra a BBC, a emissora corria um grande risco de sair maculada do episódio. Na última semana de 2003, a diretora de políticas internas e assuntos legais da corporação pública de comunicações britânica, Caroline Thompson, disse que “os executivos sênior da companhia poderiam ser forçados a renunciar aos seus cargos após a divulgação do relatório de Lorde Hutton”. Ela completou sua declaração dizendo que “a reportagem do programa *Today* da rádio BBC4 não havia se enquadrado nos padrões de verdade e exatidão que são os estandartes de ouro da organização” (BYRNE, 2004)⁷⁰.

Como se estivesse renunciando os acontecimentos que viriam pela frente, o diretor-geral da BBC, num e-mail enviado a todos os funcionários do grupo, disse que “não iriam existir bodes expiatórios dentro da companhia” como resultado do relatório Hutton, então prestes a ser divulgado. “Se a BBC for criticada pela análise do magistrado, qualquer que seja a sentença, nós devemos aprender com isso, e assumir, é claro, que nós concordamos com o que for dito”, declarou Greg Dyke (GIBSON, 2003)⁷¹. Pressionado pela repercussão pública da mensagem de Dyke aos colaboradores da BBC, o primeiro-ministro Tony Blair também admitiu durante uma entrevista coletiva à imprensa britânica que ele renunciaria ao seu posto caso o relatório de Hutton confirmasse que ele tinha mentido quando negou ter autorizado o vazamento do nome de Kelly como a fonte de Andrew Gilligan. Porém, uma pesquisa realizada pelo instituto britânico ICM, publicada em 20 de janeiro de 2004, no jornal *The Guardian*, demonstrava que 48% dos eleitores do país achavam que Blair estava mentindo quando dizia que não tinha autorizado que o nome do cientista vazasse para a imprensa. A mesma pesquisa dizia que o premiê deveria renunciar caso Lorde Hutton concluísse que ele havia mentido.

E enfim, na manhã do dia 28 de janeiro de 2004, praticamente seis meses após o início dos trabalhos, o juiz Hutton entregou um sumário de suas conclusões à Suprema Corte de Justiça do Reino Unido. Contudo, somente à tarde, o extenso documento foi divulgado publicamente, num pronunciamento do magistrado de mais de uma hora na TV que – para perplexidade do povo britânico – exonerava o governo de quaisquer responsabilidades diante das acusações de manipulação na

⁷⁰ Documento eletrônico.

⁷¹ Documento eletrônico.

elaboração do dossiê sobre o arsenal iraquiano, conspiração no vazamento do nome de Kelly à imprensa e outras alegações que envolviam a administração trabalhista. Entretanto, o relatório de 740 páginas, que havia ouvido 74 testemunhas, castigava severamente a *British Broadcasting Corporation*, a qual foi acusada de “conduta falha”, enquanto a reportagem do jornalista Andrew Gilligan, o grande pivô da história, foi considerada “sem fundamento”.

Enquanto isso, a administração trabalhista recebia uma espécie de “palmada” do veterano juiz.

O magistrado concluiu que a intenção do premiê de reunir um dossiê convincente sobre a necessidade de ir à guerra contra o Iraque pode ter "subconscientemente influenciado" os serviços de inteligência a utilizar uma linguagem mais forte do que teriam usado em outra situação. Mas o juiz rejeita a possibilidade de o dossiê ter incluído dados que os serviços de inteligência sabiam ser falsos ou pouco confiáveis. Além disso, segundo Hutton, o Ministério da Defesa deveria ter tido o cuidado de informar Kelly de que seu nome viria a público. (ZANINI, 2004, p. A11)

Atônitos, a imprensa, o povo britânico e a opinião pública internacional ainda ouviram o relatório condenar o cientista David Kelly, morto desde julho do ano anterior, de que ele teria rompido o código de conduta dos servidores públicos ao ter conversas não-autorizadas com jornalistas. Sem explicar por quê até aquele momento, praticamente um ano após a invasão das tropas anglo-americanas ao território iraquiano, nenhuma das alegadas armas de destruição em massa utilizadas como pretexto para a guerra tinha sido encontrada, Lorde James Brian Hutton finalizou seu discurso com a seguinte frase: “Eu estou satisfeito que não existiu nenhuma conduta desonrosa, oculta ou duvidosa de parte do primeiro-ministro e de seus oficiais sobre esse caso” (HUTTON, 2004)⁷².

4.3 As Conseqüências do Embate

É interessante perceber-se que a BBC tenha sofrido tantas críticas pelo relatório do juiz Lorde Hutton, justamente por ter divulgado uma reportagem a

⁷² Documento eletrônico.

respeito de exageros inseridos pelo governo britânico na elaboração do dossiê sobre o arsenal de armas do Iraque. Principalmente, porque por mais erros técnicos que tenham ocorrido na matéria de Gilligan, até então, nenhuma das armas ameaçadoras de Saddam Hussein tinham sido efetivamente encontradas⁷³.

De qualquer forma, o governo britânico, liderado pelo primeiro-ministro Tony Blair, assistiu deliciado aos desdobramentos do surpreendente relatório de Hutton. Nem mesmo os mais otimistas governistas haviam imaginado um final tão positivo à administração trabalhista naquele caso. Instantaneamente ao término do pronunciamento do magistrado, no Parlamento, o premiê britânico exigiu uma retratação da BBC: "Eu simplesmente peço àqueles que fizeram essas acusações e as repetiram durante todos esses meses que as retirem completamente" (ZANINI, 2004, p. A11).

Numa posição totalmente vulnerável, o diretor-geral da organização, Greg Dyke, não teve outra opção a não ser desculpar-se pelos acontecimentos ocorridos em consequência da reportagem de Gilligan, mas antes, reiterou que nunca havia acusado Blair de ser um mentiroso.

A BBC reconhece que algumas das acusações-chave citadas por Gilligan eram falsas, e nos desculpamos por isso. No entanto, nós queremos mencionar novamente que em nenhum momento nos últimos oito meses acusamos o primeiro-ministro de ter mentido e dissemos isso publicamente em várias ocasiões, afirmou Dyke. (ZANINI, 2004, p. A11)

Aproveitando-se da grande exposição na mídia a seu favor, Blair não hesitou em disparar contra todos aqueles que vinham o acusando de ter demonstrado uma conduta política leviana nesses acontecimentos. Em tom populista, o líder britânico discursou aos parlamentares presentes na Câmara dos Comuns: "A mentira real era a afirmação de que eu tinha mentido para o país". Em resposta, o líder da oposição, o conservador Michael Howard, disse que não pediria desculpas a ninguém, porque

⁷³ É importante constar, que até o momento da redação desse estudo, em junho de 2005, ainda não haviam sido encontradas no território iraquiano, pelas tropas anglo-americanas, nenhuma das armas de destruição em massa descritas no dossiê publicado pelo governo britânico em setembro de 2002, depois de mais de 28 meses da invasão do país e destituição de Saddam Hussein.

segundo sua concepção, “nenhum membro do governo emergiu daquela disputa com crédito” (WHITE, 2004)⁷⁴.

No mesmo dia da divulgação do relatório, as cabeças começaram a “rolar” na BBC. O primeiro a se afastar em decorrência das críticas formuladas contra a companhia pelo relatório de Hutton foi o presidente do conselho Gavyn Davies, que renunciou ao seu cargo dizendo que assumia completamente as responsabilidades pelas falhas da organização no episódio. Porém, em sua carta de demissão, o presidente da BBC fez questão de elaborar uma questão sobre a decisão tomada por Hutton: “Não poderiam as posições do relatório de Lorde Hutton, que instigaram a não utilização de fontes sigilosas no jornalismo britânico, constituir uma ameaça à liberdade de imprensa nesse país?” (WINTOUR, 2004)⁷⁵.

O mesmo assunto foi rapidamente abordado pelo parlamentar conservador Michael Fabricant, que afirmou que pairava no ar o perigo de que os ataques do governo pudessem inibir a liberdade de expressão na Grã-Bretanha. Além disso o político advertiu que existia “um clima de medo” entre os profissionais da BBC. Receoso de que as manifestações de temor contra a liberdade de imprensa prejudicassem sua imagem, o primeiro-ministro britânico não tardou em se manifestar às câmeras de televisão, afirmando que “queria deixar absolutamente claro que ele respeitava plenamente a independência da BBC (TEMPEST, 2004)⁷⁶.

No dia seguinte ao fatídico relatório, o parecer do juiz Hutton iria derrubar outra grande personalidade da rede pública de comunicações britânica. O diretor-geral da corporação, Greg Dyke, após ter realizado seu pedido de desculpas formal ao governo trabalhista, entregou à cúpula da emissora seu pedido de demissão. Enquanto isso, o presidente interino da corporação, Richard Ryder, apresentou um pedido de desculpas sem reservas à administração Blair.

Após o afastamento das principais figuras da empresa, ficou a dúvida quanto ao futuro do jornalista Andrew Gilligan, o principal responsável pela crise. Poucos

⁷⁴ Documento eletrônico.

⁷⁵ Documento eletrônico.

⁷⁶ Documento eletrônico.

acreditavam que ele poderia sobreviver aos prejuízos políticos sofridos pela emissora após o veredito de Hutton. Principalmente, depois que, na mesma noite da divulgação do processo, em sua resposta inicial ao relatório, o então diretor-geral Greg Dyke havia destacado que “a BBC não aceitava que certas alegações chaves do repórter da rádio BBC4, na matéria sobre o dossiê do Iraque, estivessem erradas”, desculpando-se pela inexatidão de Gilligan (BOWCOTT, 2004)⁷⁷. Mas, a União Nacional de Jornalistas da Inglaterra, antecipando qualquer intimidação ao jornalista, ameaçou ingressar com uma ação judicial caso qualquer ação disciplinar fosse tomada contra o correspondente da área da defesa da BBC por conta da publicação do parecer de Lorde Hutton. No entanto, a posição da categoria acabou mostrando-se desnecessária. Em uma atitude de *mea culpa*, o próprio Gilligan apresentou seu pedido de demissão à organização, um dia após a saída de Dyke da empresa. Alegando que seus erros haviam sido “honestos”, o repórter ainda declarou durante uma entrevista em que explicava o motivo de seu afastamento, que “a BBC vinha sendo vítima de uma grave injustiça” (JORNALISTA, 2004, p. A14).

Diante de tantas declarações, a população britânica se mostrava desconfiada. Muitos consideravam que o relatório do juiz havia sido muito duro com a corporação pública de comunicações. Funcionários da BBC chegaram a realizar protestos na frente da sede da companhia, para mostrarem seu descontentamento com as críticas dirigidas à empresa. Uma pesquisa de opinião encomendada pelo jornal londrino *Evening Standard*, apontou que 56% dos entrevistados consideravam que o parecer de Hutton não tinha sido justo, enquanto 70% solicitavam uma investigação independente sobre os motivos que haviam levado o Reino Unido a invadir o Iraque em companhia dos EUA. Na mesma linha de pensamento, um editorial do jornal *The Guardian* solicitava:

Agora, depois dos efeitos do relatório Hutton, é importante que o diretor-geral da BBC assegure que não restou temor entre os funcionários da corporação – em particular considerado o que está por vir com a renovação da carta de funcionamento da companhia e o fato de que o novo presidente do conselho da organização será apontado pelo primeiro-ministro. Os jornalistas da BBC devem seguir investigando, fazendo perguntas incômodas e criando problemas. (LEADER, 2004)⁷⁸

⁷⁷ Documento eletrônico.

⁷⁸ Documento eletrônico.

Em maio de 2004, o jornal britânico *Times* publicou uma reportagem informando que o programa *Today*, da rádio BBC4, um dos mais ouvidos e influentes da Grã-Bretanha, havia perdido audiência desde a divulgação do relatório Hutton. Segundo o jornal, aproximadamente 150 mil ouvintes teriam deixado de acompanhar o noticiário só no primeiro trimestre daquele ano. No entanto, os responsáveis pela emissora alegaram que não se podia atribuir essa perda de audiência somente ao parecer do juiz. Mesmo confirmando que a audiência da rádio havia declinado no último ano de 13,2 milhões para 12,9 milhões de ouvintes por semana, os gerentes do veículo também imputaram como uma das razões da queda, a licença maternidade usufruída por uma de suas principais apresentadoras.

Não é difícil de imaginar-se que as duras críticas apontadas por Hutton contra a BBC levantassem algumas suspeitas sobre a imparcialidade do documento. Nas semanas seguintes à divulgação do relatório, o juiz começou a receber acusações de ter encoberto os principais fatos envolvendo o governo em sua investigação. Então, o magistrado passou a defender-se, alegando que embora não fosse nada agradável a sensação de estar sendo criticado pela imprensa, ele não seria honesto se negasse que já não estava imaginando um comportamento semelhante dos veículos de comunicação e da opinião pública. Perguntado sobre a inexplicável limitação do foco de seu inquérito, Lorde Hutton disse que o processo teria prolongado-se demais caso ele tivesse enveredado suas investigações nas amplas questões envolvendo os serviços de inteligência. Mas, negou que sua limitação de foco tivesse distorcido suas conclusões. Sem apresentar justificativas palpáveis, o único argumento utilizado por ele passou a ser que os pontos que tangem os possíveis desvios do governo, não seriam da alçada de um único juiz, agindo de forma independente, como fora o seu caso. Que sua atribuição naquele momento era simplesmente investigar as acusações trocadas entre a corporação pública e a administração Blair sobre a reportagem de Andrew Gilligan. Concluindo suas declarações à imprensa, o juiz afirmou que as demais suspeitas sobre desvios de conduta de alguns membros do governo nas justificativas que levaram à invasão do Iraque deveriam ser conduzidas por um inquérito separado, que apurasse somente essas questões.

Após tantos meses de denúncias, acusações, polêmicas e demissões, ficou a impressão de que o grande prejudicado de toda aquela novela fora o público britânico, que no final da história, além de não ter visto todas as suas dúvidas desemaranhadas, teve que engolir um relatório limitado e questionável. Entretanto, por mais que se tenha tentado macular a imagem da BBC no decorrer de todo esse episódio, a corporação pública britânica ainda conseguiu sair de cabeça erguida do incidente. E com o melhor consolo que uma organização de comunicações pode ambicionar: a confiança de seu público.

5 CONCLUSÃO

A partir de uma reportagem veiculada em um programa de rádio de uma das emissoras da *British Broadcasting Corporation* (BBC), travou-se por quase um ano uma batalha aberta entre a corporação de comunicações britânica e alguns dos principais membros do governo do país. Confiante nas declarações de seu repórter, a companhia respaldou sua história e arriscou-se numa disputa pelo que compreendia ser uma defesa dos interesses de seus ouvintes e telespectadores.

Esse episódio que poderia ter passado em branco nos meios de comunicações internacionais como somente mais uma polêmica envolvendo veículos de imprensa e governo, ganhou espaço na mídia principalmente por um fator: a organização em questão era uma corporação pública. Porém, deixemos claro que essa companhia não é mais uma das empresas públicas de comunicação criadas para servir como agente de seu governo, assim como tantas que existem pelo mundo afora. Estamos falando de uma organização que há 83 anos é tida como um modelo exemplar de atuação administrativa e editorial. Seus programas e produtos são renomados e respeitados no mundo inteiro porque, diferentemente de outras emissoras, ela não produz focada em consumidores, mas sim em cidadãos.

Quando iniciei esse estudo, tinha em mente algumas dúvidas. Primeiramente, seria mesmo essa organização autônoma frente ao governo britânico e aos interesses de grupos econômicos? E caso fosse, como ela conseguia sobrepor-se a esses poderes tão influentes diante de outras corporações do mesmo gênero?

A forma que encontrei para tentar responder a essas questões foi a contextualização da companhia no segmento das televisões públicas mundiais e a fragmentação quase cirúrgica de sua estrutura, seu estatuto, seu organograma e suas fontes de renda, na tentativa de encontrar indícios que respondessem às perguntas citadas acima. Não foi uma tarefa fácil. Afinal, não estamos tratando de

uma emissora pública regional brasileira, restrita à meia dúzia de áreas de atuação. Com um orçamento anual de mais de US\$ 6 bilhões, essa companhia destaca-se inclusive diante das maiores empresas de comunicação privadas do mundo, as quais têm a disposição o bilionário mercado publicitário.

E foi justamente em seu orçamento que encontrei o principal diferencial dessa companhia em comparação com os demais veículos públicos de comunicação existentes no mundo. Curiosamente, aproximadamente 80% de sua receita provém de recursos financiados diretamente dos usuários dos serviços de radiodifusão. Ou seja, nenhum centavo utilizado pelo grupo passa pelos meios governamentais, os quais não têm interferência direta sobre nenhum setor da empresa. Esse é um processo que está consolidado na Grã-Bretanha desde a concepção dos primeiros aparelhos de rádio do país. A princípio utilizado para inibir a proliferação de usuários de radiodifusão, poucos anos depois, com o surgimento da BBC, tornou-se a exclusiva forma de financiamento da empresa. Somente nos anos 90, com a autorização do Parlamento, a corporação pôde passar a utilizar outras alternativas de sustentação, como a venda de seus programas e produtos para o exterior. No entanto, esse segmento é profundamente delimitado e controlado pelo conselho administrativo do grupo.

Em síntese, a licença paga de televisão utilizada no Reino Unido para financiar sua companhia pública de comunicações é a melhor explicação encontrada nesse estudo para responder ao comportamento autônomo da rede. Embora a corporação seja dotada de uma série de outros dispositivos que procuram garantir sua autonomia administrativa e editorial, baseado nos fatos, é realmente a despreocupação com recursos econômicos que lhe provém tranquilidade de atuar com desenvoltura e independência diante de qualquer pessoa, empresa ou governo. Embora pareça um pouco demagógico, esta organização ainda demonstra que é fundamentada nos princípios básicos de serviço público, em que a instituição sustentada com recursos públicos preocupa-se antes de mais nada, em exercer suas atribuições em prol dos interesses do povo.

Mas, mesmo acreditando que esse modelo é o que mais aproxima-se do “tipo ideal” de empresa de comunicação, tenho certas restrições de que esse é um

modelo que pudesse ser exportado para países como o Brasil, que carecem de uma televisão pública forte, de qualidade e, principalmente, autônoma. Acontece que esse sistema é algo que já está intrínseco na cultura britânica. Embora ele tenha seus críticos e adversários ferrenhos, a maior parte do povo considera-o tão natural quanto qualquer um dos outros impostos agregados à carga tributária da população. Concluo, a partir de uma experiência própria ocorrida comigo enquanto vivia na Grã-Bretanha, que seria muito difícil a conscientização no povo brasileiro das vantagens de um modelo público de radiodifusão sustentado diretamente pelos usuários do sistema. Explico: ainda que já tivesse ouvido falar da famigerada *TV Licence* antes de embarcar para viver na Europa, quando recebi pela primeira vez o documento bancário para o pagamento da taxa senti-me ludibriado, para não dizer “roubado”. Afinal, no Brasil, nunca havia necessitado pagar nenhum centavo para usufruir dos serviços abertos de radiodifusão. A revolta não ocorreu somente comigo, mas, com todos as demais pessoas com quem eu dividia a residência em Londres. Lógico, que eles também eram estrangeiros. Por semanas relutamos em aceitar que necessitávamos desembolsar um valor equivalente a R\$ 565 somente pelo fato de possuímos um aparelho de televisão com mais de 20 anos de uso, que com muita dificuldade conseguíamos fazer sintonizar um ou dois canais, ainda que com bastante interferência no sinal. Entretanto, mesmo que tenhamos tentado insistentemente encontrar alguma forma de isentarmo-nos do imposto, não houve jeito, o controle era implacável, e nos resignamos, embora com muita dor, a realizar o pagamento de uma taxa muito superior ao valor real de nossa velha televisão, para que pudessemos continuar ostentando-a mais como uma relíquia do que como um televisor.

Contudo, durante o desenvolvimento deste estudo, percebi que mesmo a intocável BBC possuía em seu histórico alguns resquícios de conivência com agentes externos. Embora esse ainda fosse um produto diferenciado, sobretudo se comparado aos modelos estatais e comerciais, no que confere a esse tópico ainda não existe “um caso sequer” de uma emissora pública de televisão com autonomia absoluta em relação aos governos nacionais. Podemos a partir dessa análise concluir que a independência “pura” desses veículos é uma utopia, assim como o comunismo puro idealizado por Marx, no final do século XIX. Geralmente, o que podemos distinguir entre as emissoras públicas de televisão ao redor do mundo é o

seu grau de interferência em relação ao governos do dia. E também, as precauções tomadas para diminuir ao máximo essa influência.

E é justamente nesse concerne que a BBC destaca-se no contexto mundial. Embora passível de interferência, como mostram alguns exemplos em sua história, seu nível de independência é tão alto, que ainda que não seja absoluto, lhe confere um grau de credibilidade junto aos telespectadores sem igual no mundo inteiro. Um status que não é resultado de uma ação em si, mas sim de um conjunto de ações tomadas nos últimos 83 anos, que acabaram construindo essa imagem dentro do país, mas principalmente no exterior, onde a BBC é utilizada por boa parte das emissoras que realizam um trabalho sério em televisão como exemplo de modelo bem-sucedido no meio e como uma meta a ser alcançada.

Afinal, somente com um nível de independência como o da BBC – demonstrado aqui neste trabalho pela seriedade de suas regulamentações, mas principalmente, a partir de seus exemplos de independência através da história – uma emissora de televisão pode realizar um trabalho baseado nos princípios de responsabilidade e respeito para com os seus telespectadores, buscando antes de tudo, a verdade, doa a quem doer.

Como pude constatar através do estudo de caso apresentado neste trabalho, mesmo com todas as precauções tomadas pelo Parlamento e pela direção da companhia para alcançar um modelo isento das influências políticas e comerciais, sempre ocorrerão desvios. O Caso Kelly demonstrou claramente o risco que uma empresa de comunicação corre quando ela trabalha no limite de sua independência, numa situação de precário equilíbrio para manter-se sempre imparcial. Ao final do inquérito coordenado pelo juiz Lorde Hutton, ficou evidente para todo o mundo que o repórter Andrew Gilligan da BBC havia cometido desvios na condução de suas atribuições jornalísticas. Descuidos como o fato de ter ouvido somente um dos lados da história, imprecisões de informação e uma linguagem sensacionalista acabaram comprometendo seriamente o conjunto de sua reportagem, e pior, servindo como argumento de falta de seriedade do jornalista e de sua companhia no episódio.

Todavia, o fato de o repórter ter cometido alguns equívocos de ordem técnica, não desvalida o princípio fundamental de sua denúncia, o fato de que o governo britânico – propositadamente ou não – introduziu informações no dossiê sobre o arsenal de armas iraquiano que nunca foram comprovadas. Na espécie de linchamento público arbitrado pelo juiz britânico contra a BBC, não foi valorizado o fato de que ela estava cumprindo com suas atribuições de fiscalizadora dos interesses públicos, apurando casos que tentam ser mantidos ocultos por interesses escusos. Se ocorreram erros de postura do repórter, ou até mesmo de seus superiores, o importante é que o mérito da questão permanece válido até hoje, mais de dois anos depois do início da polêmica.

Outro fato que foi desconsiderado por Lorde Hutton, foi que a cobertura da guerra do Iraque nas trincheiras da BBC foi um contraponto ao oficialismo da TV americana, que numa atitude repugnante, atuou como uma espécie de assessoria de imprensa dos interesses do governo dos EUA. Lá na América, a Casa Branca construiu muralhas em torno dos jornalistas, que divulgaram somente aquilo que convinha aos interesses dos governantes do país. Enquanto desde o início do conflito no território iraquiano a BBC teve uma presença firme e independente, levando à opinião pública britânica e mundial uma versão senão perfeita, bastante isenta dos fatos, as emissoras americanas conformaram-se em publicar, em boa parte dos casos, releases e notas oficiais.

Conforme publicou em editorial o jornal Folha de São Paulo (2004, p. A2), o risco que se corre com o parecer de Hutton é que ele seja lido como uma recomendação para que o jornalismo não procure ir além do declarado num mundo onde governos e autoridades mentem com freqüência. Este foi um episódio preocupante, porque estamos em um momento em que a sobrevivência de muitas emissoras de caráter público estão em perigo. O jornalista e escritor Jorge da Cunha Lima, presidente da Fundação Padre Anchieta – Rádio e Televisão Cultura – e da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) destacou em artigo (2005)⁷⁹ que a televisão educativa da Austrália vai ser fechada por pressão do magnata da mídia Rupert Murdoch sobre o governo do país. Na

⁷⁹ Documento eletrônico.

Itália, o primeiro-ministro Silvio Berlusconi enviou proposta de lei ao parlamento pedindo autorização para privatizar a RAI. O primeiro-ministro além de já possuir o monopólio da rede privada, talvez também esteja querendo incluir a rede pública italiana no mesmo pacote ideológico. Enquanto isso, a PBS, *Public Broadcasting Service*, dos EUA, foi ameaçada no fim do ano passado de sofrer uma redução de 50% na contribuição dada pelo *National Endowment*, uma das principais fontes de recurso da emissora.

De qualquer forma, independentemente das pressões e críticas sofridas pela administração Blair e por grupos econômicos que possuem interesses conflitantes com a atuação da companhia, a BBC consagrou sua imagem de seriedade e imparcialidade mediante à cobertura que realizou sobre o caso e todas as suas implicações. Não houve um veículo de comunicação que publicasse uma crítica sequer sobre a sua atuação jornalística da BBC nos desmembramentos do episódio. Principalmente, porque passado o capítulo pivô de toda a polêmica, os mecanismos de auto-regulação da corporação agiram rapidamente para assegurar que novos erros não fossem cometidos pela companhia. Instantaneamente ao início das manifestações públicas de repúdio ao comportamento do repórter Andrew Gilligan, foram acionados recursos internos de fiscalização que realizaram uma revisão completa nos procedimentos de checagem dos jornalistas da organização. Tanto que nos dias que precederam a divulgação do relatório Hutton, os funcionários da corporação foram orientados a cobrir o caso de maneira objetiva e imparcial – independentemente do resultado do parecer do juiz – e a não darem entrevistas.

Sinceramente, após a conclusão deste estudo, o padrão BBC seria o modelo de radiodifusão que eu recomendaria a qualquer país que pretenda ostentar uma imprensa séria e eficiente. Contudo, devemos nos conscientizar que existem inúmeros conflitos de interesses que se oporiam categoricamente a tais imposições. Sendo mais realista e prático, considero que no caso específico do Brasil, deveríamos é tentar melhorar os recursos que dispomos. Principalmente exigindo dos nossos representantes nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional que nossos veículos públicos deixem de ser somente agentes dos interesses governamentais.

Em decorrência disso é que respaldo integralmente uma proposta divulgada pelo jornalista Osvaldo Martins (2005)⁸⁰, ombudsman da TV Cultura de São Paulo, que sugere que paralelamente à contribuição dos cofres públicos, fosse agregada às companhias públicas de radiodifusão uma nova fonte de receita proveniente das emissoras comerciais atuantes no Brasil. A idéia, amplamente difundida no Reino Unido, se baseia simplesmente no fato de que essas emissoras atuam com concessões públicas, sendo antes de mais nada, serviços públicos. Ou seja, cada beneficiado com uma concessão de rádio ou TV deveria destinar uma parte de seus rendimentos para a manutenção do serviço público de *broadcasting*. Alternativa essa que poderia diminuir significativamente a interferência de governos e políticos na administração dessas emissoras.

⁸⁰ Documento eletrônico.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Maria Luiza. Cadáver Agrava a Crise do Governo Blair. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A10, 19 de julho de 2003.

_____. Kelly Era Fonte, Diz BBC; Blair Nega Renúncia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A8, 21 de julho de 2003.

_____. Simpatia da População pela BBC Também Sofre Desgaste com o Caso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A9, 22 de julho de 2003.

_____. 39% dos Britânicos Querem Queda de Blair. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A9, 22 de julho de 2003.

_____. Confiança no Premiê Está Abalada, Diz Analista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 29 de agosto de 2003.

ABRAMSON, Albert. The Invention of Television. In SMITH, Anthony (ed.), **Television: an international history**. New York;Oxford: Oxford University Press, 1995.

BARENDT, Eric. **Broadcasting Law: a comparative study**. Oxford;New York: Oxford University Press, 1993. cap. 2.

BBC Governors Statement. **BBC News**, Londres, 6 de julho de 2003. Disponível em http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/3050142.stm.

BBC News, **BBC Online**. Londres. Disponível em http://news.bbc.co.uk/1/hi/entertainment/tv_and_radio/4308707.stm. Acesso em 15 de junho de 2005

BBC X Blair. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 1º de fevereiro de 2004.

BBC. **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/BBC>. Acesso em 5 de junho de 2005.

BBC World Service. **The Ezine**. Aberdeen. Disponível em <http://www.theezine.net/b/bbc-world-service.html>. Acesso em 7 de junho de 2005.

BBC Worldwide. **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/BBC_Worldwide. Acesso em 7 de junho de 2005.

BLAIR Diz que Dúvida Sobre Armas É “Absurda”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A19, 31 de maio de 2003.

BODDY, William. The Beginnings of American Television. In SMITH, Anthony (ed.), **Television**: an internacional history. New York; Oxford; Oxford University Press, 1995.

BOWCOTT, Owen. BBC Begins to Distance Itself From Gilligan. **The Guardian**, Londres, 29 de janeiro de 2004. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,11133869,00.html>.

BYRNE, Ciar. Revealed: Mandelson threat to BBC. **The Guardian**, Londres, 03 de fevereiro de 2004. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/hutton/story/0,13822,1137809,00.html>.

COMISSÃO Critica Relatórios Sobre o Iraque, Mas Poupa Governo Blair. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A11, 8 de julho de 2003.

DIAS, Otávio. Blair Perde o Brilho, Mas Deve Resistir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A22, 27 de julho de 2003.

GIBSON, Owen. Dyke: there are no fall guys for Hutton and we'll only accept criticism we agree with. **The Guardian**, Londres, 5 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/hutton/story/0,13822,1116623,00.html>.

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. v. 3.

GREENSLADE, Roy. So Who Really Hates The BBC? **The Guardian**, Londres, 28 de julho de 2003. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/hutton/story/0,13822,1025975,00.html>.

HISTORY of The BBC. **BBC Online**. Londres. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/heritage/story/1990s.shtml>. Acesso em 4 de junho de 2005.

_____. **BBC Online**. Londres. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/heritage/story/pdfs/1980s.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2005.

HOW The BBC Is Run. **BBC Online**. Londres, Disponível em http://www.bbc.co.uk/info/report2004/pdfs/How_the_BBC_is_run.pdf. Acesso em 9 de junho de 2005.

HUTTON, James Brian. The Hutton Report. **BBC News**, Londres, 30 de janeiro de 2004. Disponível em http://news1.thdo.bbc.co.uk/1/shared/spl/hi/uk/03/hutton_inquiry/documents/pdf/hutton_inquiry.pdf.

INVADIRIA o Iraque de Novo, diz Blair. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A9, 1º de outubro de 2003.

JORNALISTA Pivô da Crise na BBC Se Demite e Diz Que Erros Foram "Honestos". **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A14, 31 de janeiro de 2003.

LEADER. Judge and journalist. **The Guardian**, Londres, 29 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/hutton/story/0,13822,1133966,00.html>.

LEAL FILHO, Laurindo. **A Melhor TV do Mundo**: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Jorge da Lima. TV Pública, Independência ou Morte. **ABEPEC**, São Paulo, Disponível em http://www.abepec.com.br/tv_publica_6_6.asp. Acesso em 26 de junho de 2005.

NATALI, João Batista. Dossiê Maquiado Alimenta a Fogueira das Meias Verdades. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 30 de maio de 2003.

MARTINS, Osvaldo. O Brasil Merece (e Precisa de) uma Boa TV Pública. **Cultura – Fundação Padre Anchieta**, São Paulo. Disponível em <http://www2.tvcultura.com.br/ombudsman/index.asp>. Acesso em 26 de junho de 2005.

NOVA Enciclopédia Ilustrada Folha. São Paulo. Disponível em <http://www1.uol.com.br/bibliot/enciclop/>. Acesso em 1º de junho de 2005.

PARA Analistas, Campbell Sai Agora Para Evitar Desgaste no Futuro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A16, 30 de agosto de 2003.

PENTÁGONO Tinha Dúvidas Sobre Armas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A18, 7 de junho de 2003.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. **TV Universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PUBLIC Broadcasting. **Lockergnome Encyclopedia**. Disponível em http://encyclopedia.lockergnome.com/s/b/Public_television. Acesso em 30 de abril de 2005.

QUESTÃO Iraquiana Agrava Crise no Partido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A13, 12 de julho de 2003.

REPÓRTER da BBC Admite Ter Errado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A13, 18 de setembro de 2003.

RUSBRIDGER, Alan. If Only We Were As Tough On Ourselves As On The BBC. **The Guardian**, Londres, 20 de setembro de 2003. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/comment/0,13747,1046093,00.html>. SMITH, Anthony (ed.). **Television**: an international history. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995.

TEMPEST, Matthew. Blair Signals Truce In BBC Row. **The Guardian**, Londres, 29 de janeiro de 2004. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,1134426,00.html>.

TRAVIS, Alan. Hutton: 48% think Blair lied. **The Guardian**, Londres, 20 de janeiro de 2004. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,1126903,00.html>.

TV Licence. **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/TV_licence. Acesso em 13 de junho de 2005.

WELLS, Matt. "Misguided and False": reporter's verdict on BBC. **The Guardian**, Londres, 14 de agosto de 2003. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,1018342,00.html>.

_____. Dyke To Review Rules After "Unacceptable" Gilligan Email. **The Guardian**, Londres, 16 de setembro de 2003. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,1042960,00.html>.

WINTOUR, Patrick. Crisis Cuts Through The BBC. **The Guardian**, Londres, 29 de janeiro de 2004. Disponível em <http://politics.guardian.co.uk/kelly/story/0,13747,1133940,00.html>.

WHITE, Michael. "The Allegation That I Lied To The Country Is Itself The Real Lie'. **The Guardian**, Londres, 29 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/hutton/story/0,13822,1133710,00.html>.

ZANINI, Fábio. Juiz Livra Blair e Culpa BBC no Caso Kelly. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 29 de janeiro de 2004.